



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED

Salvador Soares de Melo Júnior

**TRANSPARÊNCIA FISCAL NA GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO
NA ESCOLA-PDDE DA ESCOLA ESTADUAL DE CARAÍ /MG.**

Teófilo Otoni – MG
2016

Salvador Soares de Melo Júnior

**TRANSPARÊNCIA FISCAL NA GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO
NA ESCOLA-PDDE DA ESCOLA ESTADUAL DE CARAÍ /MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Área: Gestão de Instituições Educacionais

Orientador: Prof. Simão Pereira da Silva

**Teófilo Otoni – MG
2016**

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecário responsável: Gilson Rodrigues Horta – CRB6 nº 3104

M528t Melo Júnior, Salvador Soares de.
2016 Transparência fiscal na gestão do programa dinheiro direto na
 escola-PDDE da escola estadual de Carai/MG. / Salvador Soares de
 Melo Júnior. Diamantina: UFVJM, 2016.

94 p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Educação,
2016.

Orientador: Prof. MSc. Simão Pereira da Silva.

1. Transparência Fiscal. 2. PDDE. 3. Controle Social. I. Título.

CDD: 379

Salvador Soares de Melo Júnior

**TRANSPARÊNCIA FISCAL NA GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO
NA ESCOLA-PDDE DA ESCOLA ESTADUAL DE CARAÍ /MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Simão Pereira da Silva

Data da aprovação ___/___/___

Prof. Msc. Simão Pereira da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Prof. Msc. Ronan Pereira Capobiango
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Prof.^a Dra. Ivana Carneiro Almeida
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

**Teófilo Otoni – MG
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família.

À minha mãe, Josefina (Jú), pelo carinho e amor incondicional dispensado a mim. Mais que mãe sempre se mostrou amiga incondicional, sempre demonstrando apoio nos momentos difíceis, e tornando mais felizes os bons momentos. Nunca poupou esforços e muitas vezes se sacrificou pelo bem dos filhos. A mulher mais forte e ao mesmo tempo amorosa que conheci e irei conhecer na vida.

Ao meu pai, Salvador (Dil), pelo exemplo de homem honesto, responsável e batalhador. Rude nos momentos em que precisava ser, mas compreensivo nos momentos mais difíceis, ensinou-me a nunca desistir frente a qualquer adversidade, ensinou-me a perseverar. Graças a ele nunca tive medo de tentar, de me arriscar, pois sempre soube que se um dia tudo desse errado, haveria um pai a me esperar de braços abertos.

À minha irmã, Nadiele (Dielinha), pelos incentivos, por aguentar as brincadeiras chatas de irmão mais velho que, embora, para ela, não fizessem muito sentido, me faziam esquecer das preocupações e da rotina do dia a dia. Nos momentos em que o cansaço batia sempre me deu forças para continuar.

Ao meu irmão, Iáryk (Bichinho), pelo companheirismo, pela amizade, pelas brincadeiras, pelas aventuras. Pelo amor de pai para filho que tenho por ele e pela reciprocidade que ele sempre fez questão de demonstrar.

À vocês dedico esta vitória, pois sem seu apoio, tenho certeza que nunca chegaria até aqui.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, prof. Simão Pereira da Silva, pela disponibilização do seu tempo e sincera dedicação à busca por construirmos um trabalho de qualidade e também pela confiança na minha capacidade. O senhor é o modelo de profissional que pretendo seguir.

Aos membros da banca avaliadora, professores Ronan Capobiango e Ivana Almeida, pelo profissionalismo e pelas contribuições “exaustivamente” (rsrsrsr) pontuais e concisas que permitiram a evolução deste trabalho, mas principalmente pela amizade e consideração construídas durante anos de convivência profissional, conquistaram o meu respeito e tornaram-se pessoas especiais na minha vida.

À Escola Estadual de Carai, especialmente aos professores Luciano, Adriana, Carminha, Marconi e Antônio Cosme, que permitiram e muito contribuíram para a realização do trabalho naquela unidade de ensino.

À minha amiga/irmã Sidimara (Sidinha), pelo apoio nos momentos de cansaço, sempre disposta a ajudar, a contribuir, a cobrar e ao mesmo tempo a curtir, farrear, se divertir. Fator essencial para que esse objetivo fosse atingido.

À Mariana pela amizade, por sempre estar disposta a me ouvir quando estava estressado com as muitas adversidades que apareciam. Pelas palavras que sempre ajudavam e por acreditar que eu sempre daria conta de superar.

Aos Parças Aline, Chis, Greyd, Joãozinho, Joshua, Priscila (Teko) e Vivi Fernandes pelo companheirismo nas várias viagens a Diamantina, no sofrimento dos dias de aula, mas também pela diversão durante o trajeto e nas curtições tanto nas viagens quanto no grupo do Whats. Graças a vocês, tudo foi mais fácil.

Por fim, a todos as outras pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para chegar ao ápice desta conquista.

EPÍGRAFE

“Nunca se deve considerar uma ciência como acabada, é preciso sempre buscar as verdades que se escondem no infinito e inesgotável campo do conhecimento e que só encontramos através de ingentes e perseverantes esforços, inclusive de ousadias intelectuais”.

António Lopes de Sá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Objetivos	10
1.1.1	<i>Objetivo Geral</i>	10
1.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	10
1.2	Justificativa	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Administração Pública	12
2.1.1	<i>A Transparência na Administração Pública</i>	13
2.1.1.1	Mecanismos de Transparência na Administração Pública	17
2.1.1.2	Escala Brasil Transparente	19
2.1.1.3	Mecanismos de Transparência na Educação	21
2.2	Controle Social	23
2.2.1	<i>Controle Social nas Unidades Escolares</i>	26
2.3	Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação-FNDE	27
2.3.1	<i>Programa Dinheiro Direto Na Escola - PDDE</i>	28
2.3.1.1	Procedimentos para Recebimento e Utilização dos Recursos do PDDE	31
2.4	Pesquisas Recentes	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1	Quanto à Abordagem, Objetivos e Procedimentos	40
3.2	Quanto ao Objeto de Estudo e Universo de Trabalho	41
3.3	Quanto à Coleta e Análise dos Dados	41
3.3.1	<i>Modelo Analítico</i>	44
3.4	Riscos da Pesquisa	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
4.1	Caracterização dos Entrevistados	48
4.2	Gestão PDDE	49
4.3	Transparência na Gestão do PDDE da EE de Carai	56

4.4	Controle Social do PDDE na EE de Carai	63
4.5	Classificação da Transparência Segundo o Modelo Analítico	66
4.5.1	<i>Professores</i>	67
4.5.2	<i>Ocupantes dos Cargos de Direção</i>	68
4.5.3	<i>Gestores das Caixas Escolares</i>	70
4.5.4	<i>Membros do Colegiado e Conselho Fiscal</i>	71
4.5.5	<i>Pais Participantes dos Conselhos e Colegiado</i>	72
4.5.6	<i>Classificação Geral da Transparência</i>	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICES	88
	Apêndice A – Roteiro Entrevista Estruturada	88
	ANEXOS	94
	Anexo A – Carta Anuência Escola Estadual de Carai	94

RESUMO

A transparência na Administração Pública é um princípio contemporâneo que tem como finalidade garantir que o cidadão tenha acesso a informações claras e tempestivas acerca dos atos e gastos públicos. Este princípio visa instrumentalizar o cidadão para que ele possa exercer o controle social das atividades realizadas pelos gestores públicos, fiscalizando não somente a regularidade na gestão, mas, também, observando se a destinação dos recursos, além de lícita, tem sido adequada. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a transparência fiscal da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/FNDE na Escola Estadual de Carai, localizada no município de Carai-MG. A coleta de dados se deu pela realização de entrevistas com a comunidade escolar da unidade de ensino. Observou-se que a maioria dos entrevistados não apresentou bom conhecimento sobre este princípio, fazendo confusão entre a transparência e a publicidade na administração pública, principalmente os membros responsáveis pela efetivação da transparência na unidade escolar. Evidenciou-se que os gestores ainda ficam presos aos instrumentos mais antigos de transparência, fazendo pouca utilização dos recursos tecnológicos para essa finalidade, o que somado à falta de conhecimento, prejudicou o Controle Social exercido pela Comunidade Escolar. Com base no modelo analítico, adotado para essa pesquisa, a transparência na gestão do PDDE da EE de Carai pode ser considerada "BOA. Entretanto, cabe salientar que essa transparência se encontra em fase de implantação e que, por esse motivo, necessita de futuras adequações.

Palavras chave: Transparência Fiscal, PDDE, Controle Social.

ABSTRACT

Transparency in Public Administration is a contemporary principle, which aims to ensure that the citizens have access to clear and timely information about the acts and public spending. That principle aims to instrumentalize the citizen so that he/she can exercise social control over the activities carried out by public managers, supervising not only the regularity of the management, but also observing if the allocation of public resources, besides being lawful, has been adequate. This research aimed to analyze the fiscal transparency on the application of resources of the Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/FNDE - Direct Money in School Program-PDDE/ ENDF in a State School in the municipality of Carai-MG. The data collection was performed through interviews with the educational community of the teaching unit. It was observed that most of the respondents did not show good knowledge about this principle, causing confusion between the transparency and publicity in public administration, especially the members responsible for effecting transparency in the school unit. In addition, it became clear that managers are still stuck to the older tools of transparency, making little use of technological resources for that purpose. Based on the analytical model adopted for this research, the transparency in the management of the PDDE of the State School of Carai can be considered "GOOD", in a nonexistent to excellent range. However, it is worth emphasizing that such transparency is in the implementation phase and, therefore, need to be adjusted.

Keywords: Fiscal Transparency, PDDE, Social Control.

1 INTRODUÇÃO

A transparência Fiscal é um princípio contemporâneo da administração pública que tem gerado debates sobre seu conceito e atraído muita atenção, tanto nos meios acadêmicos quanto da opinião pública.

O conceito de transparência está associado à divulgação de informações por parte dos governos para atores internos e externos e sua consequente utilização como instrumento de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos quando estes adotam algum procedimento inadequado ao bom uso dos recursos públicos (LOUREIRO, TEIXEIRA E PRADO, 2008).

Dessa forma, a transparência na administração pública pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público, de maneira que se tenha acesso às decisões, que se saiba o que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas (BIRKINSHAW, 2006).

No cenário Brasileiro a transparência na gestão pública ganhou mais força a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (LC 101/2000), que trouxe, de maneira clara, os principais instrumentos a serem utilizados para efetivação desta transparência. A partir de então, outras leis como a Lei Complementar nº 131/2009 — Lei da Transparência e a Lei de Acesso a Informação-LAI (lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) trouxeram importantes atualizações quanto à disponibilização de informações por parte dos órgãos públicos aos cidadãos.

A transparência cumpre a função de aproximar o Estado brasileiro e a sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública, independente de iniciativa por parte da sociedade civil, devendo abranger todas as áreas de atuação do Estado.

Nesse sentido, quanto maior os recursos disponibilizados a uma área de atuação, maior a responsabilização dos gestores em efetivar a transparência dos atos praticados por eles (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015).

Cabe aqui um destaque para a educação, que tem seu direito constitucional garantido, auferindo uma margem significativa das receitas recebidas pelos entes públicos.

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu art. 212, regulamenta que a União destinará no mínimo 18% da sua receita proveniente dos impostos à educação, enquanto os Estados e Municípios destinarão não menos que 25%.

Ainda, visando complementar os recursos já destinados às escolas e melhorar os índices de desempenho da educação básica, foi criado, em 1995, o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), vinculado ao FNDE, que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Nesse sentido, a utilização transparente desses recursos, baseada no fornecimento adequado de informações compreensíveis aos cidadãos, facilita o acesso e a efetiva participação na gestão, instrumentalizando a democracia e o Controle Social dos atos públicos.

No que se refere aos recursos do PDDE, a transparência fiscal permite que os professores, pais, servidores, gestores, ou seja, toda a comunidade escolar tenha o direito à publicidade dos atos realizados com os recursos recebidos e a possibilidade de exercer o controle social sobre os atos e gastos públicos. Isso porque o direito da comunidade escolar não se limita a fiscalizar a regularidade na gestão das escolas, mas também verificar se a destinação dos recursos, além de lícita, tem sido adequada, razoável, moral e eficiente.

A Escola Estadual de Carai, localizada no município de Carai/MG, recebe alunos do 5º ao 9º ano, bem como do ensino médio, além de implementar diversos programas voltados para a educação de jovens e adultos, atividades esportivas e culturais, utilizando, como uma das principais fontes de financiamento, os recursos repassados pelo PDDE.

Com um quadro de mais de 1.200 estudantes e 47 professores, além dos ocupantes de cargos de gestão, é a maior instituição de ensino da cidade e a que mais recebe recursos para financiamento das atividades realizadas, necessitando que se tenha maior transparência sobre a gestão e utilização desses recursos na busca por instrumentalizar e efetivar o Controle Social exercido nesta unidade de ensino.

Nesse contexto, esse trabalho buscou responder à seguinte questão: Como a transparência fiscal da gestão do PDDE tem sido efetivada na Escola Estadual de Carai/MG?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a transparência fiscal na aplicação dos recursos do PDDE na Escola Estadual de Carai, localizada no município de Carai-MG.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Levantar o conhecimento da comunidade escolar da EE de Carai sobre a descentralização e gestão do PDDE;
- Identificar os meios de transparência fiscal sobre a aplicação e resultados do PDDE na EE de Carai;
- Verificar a existência ou perspectiva de controle social praticado pela comunidade escolar da EE de Carai, quanto ao PDDE.
- Classificar a transparência fiscal na gestão do PDDE com base no modelo analítico aplicado a essa pesquisa.

1.2 Justificativa

As atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, realizadas pelo autor na experiência enquanto docente de uma universidade federal nas áreas de contabilidade e administração, proporcionaram discussões e reflexões que resultaram nessa pesquisa. A conclusão desse trabalho faz parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Educação, titulação esta, que contribuirá para uma melhor atuação profissional enquanto docente do ensino superior federal.

Ademais, no contexto em que estão inseridas as instituições educacionais, há necessidade de analisar os investimentos públicos a elas disponibilizados. Essa análise, além de reconhecer que os processos estão válidos perante sua respectiva legislação, auxilia na análise dos resultados incorridos para os administradores e para a sociedade.

Esse trabalho se justifica por estar diretamente ligado a um dos temas que gera discussão e dificuldade de garantia em sua consolidação dentro das instituições de ensino, sendo esse, a transparência na utilização dos recursos nas escolas, fator essencial para que essas instituições continuem a receber tais recursos e promova *accountability* enquanto característica do modelo de administração pública contemporânea em perspectiva.

Quanto ao ambiente acadêmico, Barral, Silva e Alves (2015, p. 646), ao falarem sobre a transparência na administração pública, afirmam que:

Apesar de o tema suscitar grande interesse entre os pesquisadores, ainda pouco se sabe sobre o nível de divulgação das informações públicas e sobre os incentivos que afetam essa divulgação. Assim, estudos científicos sobre o tema se configuram numa oportunidade singular de contribuição para a realidade do setor público.

Esses autores salientam que a literatura nacional na maioria das vezes se limita nos entes federativos municipais e nos modelos de transparência pública a partir de *web sites* e disponibilização de relatórios fiscais.

Torna-se, portanto, interessante para a academia, a análise da transparência fiscal na aplicação dos recursos do PDDE como fonte de informações relacionadas a entes específicos da administração pública.

No que tange ao objeto de estudo, justifica-se que Carai é um município de pequeno porte cujas características culturais, de estruturação e localização podem fornecer dados ainda pouco identificados em trabalhos científicos. Salienta-se, ainda, que poucos são os trabalhos acadêmicos realizados nesse município, o que caracteriza uma expectativa de dados primários ainda pouco ou não explorados.

Em consonância, os resultados da pesquisa poderão trazer benefícios para a escola, objeto desse trabalho, na dinamização do processo de aplicação dos recursos e disseminação de informações que possibilitem ampla participação da comunidade escolar no controle social, uma vez que a unidade de ensino terá acesso a cópias do trabalho, após finalizado.

Formalizou-se, ainda, o compromisso junto à direção da EE de Carai para a realização de palestras educativas, com apresentação do trabalho, bem como para informar sobre o PDDE, a Transparência Fiscal e Controle Social, pois acredita-se que os resultados da pesquisa possam ser discutidos para melhor compreensão da realidade e determinação de ações que visem o aprimoramento da gestão dos recursos, bem como da disseminação das informações em reforço à transparência dos gastos públicos e desenvolvimento da participação da sociedade no ambiente escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado com base nos conceitos introdutórios de Administração Pública, nos princípios contemporâneos que norteiam sua execução, relacionando-os aos mecanismos que possibilitam a transparência e controle social dos gastos e atos públicos e PDDE enquanto objeto de estudo dessa pesquisa.

2.1 Administração Pública

Na busca por atender aos interesses da sociedade, o poder público utiliza-se dos recursos auferidos, aplicando-os da maneira mais eficiente, ou seja, busca-se realizar o máximo de ações com o menor custo possível. Para que se alcancem tais objetivos, torna-se necessária uma organização dentro do ambiente público, dessa forma, passando a se dividir em um conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que visam atender os interesses da sociedade civil. A essa organização, denomina-se Administração Pública.

Administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, etc. Em outras palavras, administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos (BRASIL ESCOLA, 2015, p.1).

Ao ponto de vista de Araújo e Arruda (2004, p. 2), a Administração Pública:

É o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da res publica (ou seja, da coisa pública), de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados. Entre os diversos conceitos apresentados, pode-se ver que a administração pública engloba todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, que buscam a satisfação das necessidades coletivas.

Percebe-se pela descrição dos autores, que a máquina administrativa pública requer certa integração e interatividade entre seus instrumentos em geral. Tais instrumentos podem ser considerados recursos para esse fim, não só dinheiro, como também pessoal ou recursos institucionais.

Torna-se necessário deixar claro que o Poder Público é apenas o guardião desses recursos e o seu administrador, atuando através dos agentes políticos e dos servidores públicos, pois para suprir as necessidades da população, é indispensável a realização de despesas que implicam na utilização de recursos públicos, arrecadados da sociedade civil, para que a ela volte sob a forma de escolas, hospitais, estradas, iluminação e outros serviços e aparelhos públicos. Vê-se, que o dinheiro arrecadado pelo Poder Público, com base em seu poder de império, não lhe pertence e sim ao povo (TIECHER, 2010).

Indiscutível é a necessidade de que esses instrumentos trabalhem em forma de processo para que o Estado, de onde se origina o poder Público, possa atuar como agente do bem comum, atendendo às necessidades demandadas pela população e, posteriormente, fazer valer o direito desta, de ter transparência nas informações sobre os gastos e atos públicos realizados pelo Estado.

2.1.1 A Transparência na Administração Pública

A transparência surgiu, inicialmente como uma forma de complementação ao princípio constitucional da Publicidade, que foi conceituado na Constituição Federal de 1988, principalmente no inciso XXXIII do parágrafo 5º:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

No parágrafo 3º do art. 37, informando que caberá a lei regulamentar:

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXII (BRASIL, 1988).

E ainda, no parágrafo 2º do art. 216, que versa:

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 1988).

Percebe-se que o princípio da Publicidade garante ao cidadão o direito constitucional de ter acesso às informações referentes à administração pública, quando não se tratarem de informações cuja sua divulgação possa ser prejudicial à segurança da sociedade, bem como do Estado Brasileiro.

Para Fernandes e Silva et al (2012, p. 1):

O princípio da publicidade significa vedação a atividades ou atos sigilosos (ressalvadas as hipóteses em que o sigilo seja indispensável, como é evidente). O exercício do poder deve ser acessível ao conhecimento de toda a comunidade e, especialmente, daqueles que serão afetados pelo ato decisório. A publicidade se afirma como instrumento de transparência e verificação da lisura dos atos praticados.

Manifestamente, a publicidade não é requisito de forma, mas requisito de eficácia e moralidade. É a publicidade um princípio facilitador do exercício do controle social da Administração Pública e abrange toda a atuação estatal, bem como a conduta interna de seus agentes.

Entretanto, a transparência vai além dos atos de publicidade, ultrapassando os limites da linha legal e fiscal, abrangendo desempenho, controles internos, documentos públicos, as ações dos agentes públicos, bem como os instrumentos que possibilitam essa transparência de maneira clara e facilitada aos interessados, principalmente ao cidadão, seja via relatórios fiscais, portais eletrônicos de transparência, relatórios de gestão anuais, etc. (SILVA, 2009).

O tema da transparência da informação pública ganhou maior relevância, no Brasil, a partir da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — transparência na gestão fiscal) e, desde então, outras leis como a Lei Complementar nº 131/2009 — Lei da Transparência, que obriga a disponibilização, em tempo real, de informações públicas como: receita, despesa, salário dos servidores públicos, convênios e outros, nos portais eletrônicos nas várias esferas governamentais, foram sendo elaboradas no intuito de garantir e otimizar o acesso às informações (BAIRRAL; SILVA e ALVES, 2015).

Nesse contexto, foi sancionada em 2011 a Lei de Acesso a Informação (LAI) - (lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que trouxe atualizações significantes quanto à disponibilização de informações por parte dos órgãos públicos aos cidadãos.

Já em seu §3º, essa lei deixa claro qual o seu objetivo e contribuição no que se refere à transparência das informações públicas:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
I observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
II divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
IV fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
V desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, cabe aos Órgãos Públicos e entidades do poder público: assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade; a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (BRASIL, 2011).

A LAI ainda faz referência a quais informações devem estar disponíveis ao cidadão:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (BRASIL, 2011).

Para Bairral, Silva e Alves (2015), essas leis regulamentaram e garantiram o direito do cidadão à informação pública, iniciando um ciclo de mudanças na relação cidadão/gestor público, pois determinaram a divulgação (ativa ou via solicitação), e não o sigilo, como norma geral para a informação pública, envolvendo o fornecimento de dados em uma linguagem acessível e sem barreiras técnicas.

Porém, Zuccolotto e Teixeira (2014) enfocam que, apesar da importância atribuída a esse tema na última década, fazendo com que o conceito de transparência seja cada vez mais encontrado na literatura acadêmica, seu significado ainda não é claro e conciso, ou seja, ainda não é um conceito solidificado, possuindo variações entre diferentes áreas de conhecimento. “Em parte, isso se deve ao fato de esse conceito ser usado em diferentes aspectos relacionados ao fluxo das informações” (ZUCCOLOTTO E TEIXEIRA 2014, p. 245).

Na Ciência Política, por exemplo, o conceito de transparência está associado à divulgação de informações por parte dos governos para atores internos e externos e sua consequente utilização como instrumento de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos quando estes adotam algum procedimento inadequado ao bom uso dos recursos públicos (LOUREIRO, TEIXEIRA E PRADO, 2008).

Aplicado ao campo da Administração Pública, Birkinshaw (2006) diz que a transparência pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público, de

maneira que se tenha acesso às decisões, que se saiba o que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas.

No que tange ao conceito apresentado por Birkinshaw, Matias-Pereira (2006) afirma que esforços no sentido de introduzir uma efetiva transparência nos atos da administração, com destaque para acompanhamento da elaboração, execução e prestação de contas do orçamento, tem sido gradativamente implementados no Brasil, inclusive com iniciativas de regulação própria por parte de diversos municípios.

Silva (2009) complementa que a transparência não deve se reportar somente a fatos presentes praticados pela administração pública, mas também ser garantida para informações de períodos anteriores, o que possibilita estudos de caráter evolutivo e comparativo acerca da atuação dos gestores. Dessa forma, a transparência cumpre a função de aproximar o Estado e a sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

Por outro lado, dar publicidade às informações não necessariamente significa que estas são transparentes. Publicitar dados enganosos, incompletos que não denotam o real sentido que deveriam expressar, descaracterizam o conceito da transparência exigidos pelos aparatos legais, pois a palavra “transparência” traz consigo um importante conjunto de associações morais e políticas tais como honestidade e lisura (CRUZ *et al*, 2012).

Cruz *et al* (2012, p. 157), complementam.

Considera-se que a divulgação de informações acerca dos atos da gestão pública não deve se limitar aos relatórios já previstos em dispositivos legais (em geral, relatórios fiscais e financeiros), mas também de informações qualitativas que reportem desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras.

Tal afirmação é complementada por Matias-Pereira (2006, p. 309) quando afirma que “a transparência do Estado se efetiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democráticas as relações entre o Estado e a sociedade civil”.

Tal relação entre cidadão e administração pública se tornou mais visível com a globalização e, principalmente com o crescimento e utilização dos meios eletrônicos e da internet como forma de divulgação. Cabe ao cidadão exigir tal direito e, mais importante, utilizá-lo como instrumento que efetive seu poder de exercer o Controle Social sobre os atos públicos (BAIRRAL E SILVA, 2013).

Esse trabalho tomará como base o conceito apresentado por Birkinshaw (2006), da Transparência aplicada à administração pública, sendo esta, a gestão dos assuntos públicos para o público, de maneira que se tenha acesso às decisões, sabendo-se o que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas. Utilizará ainda, a visão apresentada por Silva (2009) e Matias-Pereira (2006), por acreditar que elas se complementam quanto ao conceito e objetivos da Transparência. A utilização desses conceitos se justifica pelo fato do objeto dessa pesquisa fazer parte e estar diretamente ligada à administração pública estadual.

2.1.1.1 Mecanismos de Transparência na Administração Pública

Uma gestão transparente baseia-se no fornecimento adequado de informações compreensíveis aos cidadãos, facilitando o acesso e a efetiva participação no governo.

O Art. 8º da Lei de Acesso a Informação - LAI (2011), veio garantir esse direito ao enfatizar que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011).

Os mecanismos ou instrumentos de transparência são essenciais para garantir a qualidade e tempestividade dessas informações.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal- LC 101/00:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (BRASIL, 2000).

Os meios eletrônicos têm sido os principais mecanismos de transparência fiscal e que possibilitam à população conhecimento da realidade da gestão pública, bem como a manifestação de interesses.

A LAI (2011), no parágrafo 3º do seu art. 8º traz informações, inclusive, relativas a quais requisitos devem ser observados ao utilizar sítios eletrônicos na internet como instrumentos de transparência pública:

§ 3o Os sítios de que trata o § 2o deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (BRASIL, 2011).

Como exemplo de utilização da internet como instrumento para transparência na administração pública, pode-se citar o *e-governo*.

Segundo Pinho *et al* (2005), as Tecnologias de informação e comunicação (TICs), estão se alastrando pela administração pública através do que se chama *e-governo* ou governo eletrônico, através da informatização das atividades governamentais e da comunicação com o público externo (Cidadão, empresas, outros setores do governo e sociedade, fornecedores, etc.).

Justice *et al* (2006, p. 02) explicam por que esse instrumento de transparência tem se destacado tanto:

E-governo é particularmente atraente como um instrumento de transparência fiscal, accountability e participação do cidadão, por muitos motivos em que ele é altamente promissor: conveniência, acessibilidade, possibilidade para uma variedade de aplicações interativas, links para ferramentas de banco de dados, direcionamento econômicos de disseminação de informação e processamento simples de transação.

Percebe-se que os meios eletrônicos têm se destacado por permitir acesso mais fácil às informações, fornecimento mais eficiente de serviços e a melhoria na comunicação governamental e por isso, devem ser aproveitados ao máximo frente ao cenário contemporâneo de globalização.

Entretanto, somente os meios de transparência elencados pela LRF não devem sempre ser considerados suficientes, a própria LAI (2011), enfatiza isso em seu parágrafo 2º, ao dizer que os “órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de transparência que dispuserem”. Dessa forma, todas as informações ou documentos que sejam considerados relevantes à transparência devem ser disponibilizados ao cidadão, por meio, não somente da internet, mas também de quaisquer outros instrumentos

que permitam a divulgação dessas informações. Apresenta-se, no Quadro 1, alguns Instrumentos que podem ser utilizados para geração de transparência.

Quadro 1: Instrumentos para geração de transparência.

Classificação	Modalidade
Meios impressos	Jornais, revistas, <i>outdoors</i> , cartazes, folhetos, murais, cartilhas e Diário Oficial.
Via Internet	Página do município, Links e banners em páginas de interesse social do município, e-mails para cidadãos que se cadastrarem e formação de grupos de discussão.
Meios Presenciais	Reuniões comunitárias e audiências públicas.
Televisão e Rádio	Horário eleitoral, publicidade e pronunciamentos oficiais.
Meios Inovadores	Painéis eletrônicos na rua e em prédios públicos, cartilhas de cidadania nas escolas (em todos os níveis de ensino).

Fonte: adaptado de Ensslin, et al 2007.

Percebe-se que não somente as informações são importantes no processo de transparência pública, os instrumentos utilizados para sua execução também devem ser levados em consideração. No intuito de verificar a utilização desses instrumentos, bem como, analisar o grau de transparência dos entes públicos, foi criado, no ano de 2015, o índice EBT – Escala Brasil Transparente.

2.1.1.2 Escala Brasil Transparente¹

A Escala Brasil Transparente (EBT) é uma metodologia, criada pela CGU em maio de 2015, para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. A EBT foi desenvolvida para fornecer os subsídios necessários à Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício das competências que lhe foram atribuídas.

Segundo a CGU (2016):

A EBT é um indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). O diferencial da métrica adotada pela CGU é a abordagem de verificação de efetividade da LAI, pois foram feitas solicitações reais de acesso à informação sobre diversas áreas de governo. A CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e gerar um produto que possibilite o acompanhamento das ações empreendidas por estados e municípios no tocante ao direito de acesso à informação.

Sua metodologia se utiliza da observação de um Checklist composto de 12 quesitos que cobrem aspectos da regulamentação do acesso à informação e da existência e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), sendo uma métrica que primou

¹ Por se tratar de um tema muito recente, não se encontrou trabalhos acadêmicos que abordassem essa temática. Dessa forma, o conteúdo desse tópico foi baseado em sites do próprio governo federal, principalmente no da Controladoria Geral da União.

pela mensuração da efetividade da transparência passiva². Esses quesitos são divididos em dois pontos específicos de avaliação, conforme Quadro 2:

Quadro 2- Checklist EBT

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO	TRANSPARÊNCIA PASSIVA
Exposição da legislação no site do avaliado; Existência da regulamentação; Regulamentação do SIC;	Divulgação do SIC físico (atendimento presencial) Existência de um eSIC (atendimento pela <i>internet</i>) Possibilidade de acompanhamento do pedido de acesso;
Regulamentação da classificação de sigilo;	Inexistência de pontos que dificultem ou inviabilizem o pedido de acesso;
Regulamentação da responsabilização do servidor; Regulamentação de instâncias recursais.	Respostas aos pedidos no prazo legal; Respostas em conformidade com o que foi solicitado.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CGU (2016).

Visando garantir o menor grau possível de influência do Avaliador, a metodologia da EBT usa um preenchimento binário, sendo possível para cada quesito do Checklist apenas dois tipos de resposta, “SIM” ou “NÃO”, salvo quando não existir um site ou este estiver fora do ar, podendo, nesse caso, existir os termos “Não Localizado” ou “Site Fora do AR”.

A cada um dos quesitos observados é atribuída uma nota de 0 a 10 pontos. Essa pontuação é dividida em dois pesos :25% da nota foi destinada para a regulamentação da Lei de Acesso à Informação e 75% para a efetiva existência e atuação dos SIC. Em regra, a resposta SIM gera pontuação máxima do quesito e a resposta NÃO gera pontuação 0 (ZERO), havendo duas exceções a essa regra:

a) No quesito “Para fazer a solicitação, são exigidos dados de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação? ”, basta que um componente obtenha resposta SIM para tornar a pontuação igual a 0 (ZERO), isto é, apenas se todos os componentes desse quesito obtiverem resposta NÃO é que o ente federativo recebe pontuação máxima;

b) Nos quesitos “Cumpre os prazos para resposta das solicitações? ” e “Respondeu ao que se perguntou, atendendo ao pedido de informação?”, cada componente do quesito tem pontuação própria, ou seja, é possível atender parcialmente o quesito e pontuar

² É a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica. Por exemplo, a resposta a pedidos de informação registrados para determinado Ministério (...) (BRASIL, 2016).

parcialmente respondendo algumas perguntas no prazo e algumas perguntas com resposta de conteúdo satisfatório.

Para complementar a avaliação desses itens são realizados quatro pedidos de acesso à informação, sendo três voltados para assuntos das principais áreas sociais: saúde, educação e assistência social, enquanto a quarta solicitação de informação solicita informações sobre a regulamentação do acesso à informação pelo ente avaliado, cada um com uma pontuação específica atribuída pelos especialistas da CGU, com base no cumprimento ou não do requisito de transparência passiva, somado ao cálculo da nota no processo anterior, até uma pontuação máxima de 360 pontos.

A nota final é obtida convertendo-se da base 3600 para a base 10 com uma casa decimal de precisão para uma melhor compreensão da sociedade.

$$\text{Nota} = (\text{Pontuação atingida} / 3600) * 10$$

Com o resultado obtido pela fórmula, a CGU realiza o ranking de classificação dos municípios pesquisados.

2.1.1.3 Mecanismos de Transparência na Educação

Um dos mecanismos mais conhecidos de transparência pode ser encontrado nos Portais da Transparência (Estaduais e Federais), sendo estes, “um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação das receitas e a aplicação dos recursos públicos” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA-SC, 2016).

No que tange à educação, o portal da transparência é um espaço online onde se pode encontrar:

Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Ministério da Educação para qualquer município do País (...) (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016).

Mais especificamente, realiza-se a disponibilização dos valores destinados ao financiamento educacional, firmados através de convênios, sendo possível filtrá-los por estado e por município, nível escolar, além de apresentar as receitas e Despesas relativas à educação categorizadas por: Valor Empenhado, Valor Liquidado e Valor Pago (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016).

Em complemento as informações disponibilizadas nos Portais da Transparência (Estaduais e Federais) foi criado, pela portaria nº 006 de 20 de junho de 2006, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOPE, objetivando “constituir base de dados nacional detalhada sobre receitas e investimentos públicos em educação de todos os entes federativos”, além de “assegurar transparência e publicidade à gestão dos recursos públicos destina à educação, incrementando os mecanismos de controle legal e social” (MEC, 2008).

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, sistema informatizado de coleta, processamento e disseminação de dados orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativos à aplicação da receita vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, sob a gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP (MEC, 2006).

Dentre suas características está a sua operacionalização pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC; a responsabilização dos Poderes Executivos dos entes federativos pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas ao SIOPE; a realização de cálculo automático para fins educacionais e estatísticos, dos percentuais mínimos aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino de acordo com a metodologia descrita em seu Manual; a não utilização de tais informações para fins de controle pelo MEC e o condicionamento do seu preenchimento pelos Estados e Municípios para a celebração de convênios e termos de cooperação junto ao Ministério da Educação (MEC, 2008).

São apresentadas como funcionalidades principais desse sistema: a disponibilização de informações prestadas pelos entes federados, de acordo com a legislação e metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, tal como, o cálculo automático dos percentuais mínimos obrigatórios de aplicação dos impostos e transferências em MDE e FUNDEB; o cruzamento entre os dados declarados e os demonstrativos contábeis publicados pelos entes da federação através de filtros de consistência e ; a geração automática do demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo X do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (MEC, 2010).

Em termos práticos, espera-se como resultado desse sistema, o conhecimento por parte da sociedade, de quanto os governos federal, estadual e municipal investem, de fato, em

educação pública no país, permitindo, a médio e longo prazos, a melhoria na qualidade dos serviços educacionais, a facilitação do controle legal dos recursos destinados à educação, combatendo os desvios e a má aplicação dos recursos públicos vinculados à educação (MEC, 2010).

Assim, verificou-se que embora o SIOPE não seja utilizado para fins de controle pelo Ministério da Educação, seu preenchimento é condição para a celebração de convênios junto ao governo federal, sendo que tal sistema busca, em termos práticos, demonstrar para a sociedade quanto os governos investem em educação pública no país, facilitando, em última análise, o controle social (SANTOS 2012).

Vale ressaltar que os mecanismos de transparência são instrumentos utilizados para a divulgação das informações e dos atos administrativos e a verdadeira transparência ocorre pela vontade e pelo ato do gestor público em realizar a comunicação com o cidadão; essa “comunicação não deve se restringir ao desempenho Econômico-Financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem a criação de valor” (IBGC, 2004, p. 09).

O conceito da Transparência veio para possibilitar a participação ativa do cidadão na administração pública, através da garantia oferecida pelo acesso às informações públicas e não apenas isso, pois a transparência se reveste de algo maior que a divulgação das informações, o comprometimento da administração pública em ser compreendida pelo cidadão, pois através dessa iniciativa que se instrumentaliza a sociedade civil e ela se torne possível e exerça o Controle Social.

2.2 Controle Social

A participação da sociedade civil é um direito conquistado que promove maior confiabilidade na gestão pública e garante ao povo o poder de colaborar, controlar e avaliar os trabalhos realizados por seus representantes.

A participação não é algo dado nem concedido como dádiva, mas é, sim, um processo de conquista. A conquista de participação nesses espaços significa uma mudança em termos de igualdade democrática, pois a participação da sociedade civil não se refere somente à reivindicação de direitos sociais, mas também de definição dos rumos das políticas públicas (DEMO, 1999, p. 18).

Rausch e Soares (2010) explicam que, ao considerar o sentido mais simples do que vem a ser participar, ou seja, tomar parte, pode-se afirmar que os gestores públicos participam na Administração Pública porque tomam parte nas ações relativas às suas funções

administrativas tais como: planejar, organizar, dirigir e executar. Quando a sociedade toma parte em qualquer atividade ela auxilia o Poder Público no cumprimento de sua missão constitucional de legislar, fiscalizar e administrar, ela está participando e controlando.

Esse direito de participação do cidadão nos atos públicos vem desde a Constituição Federal de 1988 que, elaborada sob forte influência da sociedade civil por meio de emendas populares, definiu a descentralização e a participação popular como marcos no processo de elaboração das políticas públicas, especialmente nas áreas de políticas sociais e urbanas (CGU, 2012)

Entre essas iniciativas podemos citar a instituição dos conselhos de políticas públicas. Nesses conselhos os cidadãos não só participam do processo de tomada de decisões da Administração Pública, mas, também, do processo de fiscalização e de controle dos gastos públicos, bem como da avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental (CGU, 2012, p. 18).

Outro exemplo pode ser observado na Constituição Federal que assegura, no § 3.º do seu artigo 31, que as contas do município ficarão à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante 60 dias, anualmente, sendo possível o questionamento da legitimidade das contas nos termos da lei (BRASIL, 1988).

De acordo com Gualazzi (1992), o termo Controle provém do latim fiscal medieval (*contra-rotulum*) e do francês (*contrôle*) e, com o passar do tempo, ingressou no linguajar jurídico, passando a possuir diversos significados, tais como predomínio e domínio, o termo mais preciso trazido pelo Direito Administrativo como direção e verificação.

Nesse sentido, o controle social torna-se uma atividade de fiscalização da gestão pública exercida pelo povo que tem ganhado espaço nas arenas parlamentares, fazendo incidir o anseio popular na tomada de decisões políticas, exigindo planos de metas dos governantes, influenciando os marcos regulatórios e a prática do controle institucional, profissionalizando-o e pressionando-o politicamente (LOUREIRO et al., 2012).

Em complemento, Pereira (1998) afirma que a execução do controle acontece de várias formas, sendo elas: o controle hierárquico ou administrativo, que se exerce dentro das organizações públicas ou privadas; o controle democrático ou social, que se exerce em termos políticos sobre as organizações e os indivíduos; e o controle econômico via mercado.

Porém, torna-se relevante a observação dos preceitos legais que permitem e regulam a realização do controle social. A Emenda Constitucional n.º. 19/98 alterou o art. 37

da Constituição Federal e estabeleceu uma perspectiva de controle direto dos recursos públicos nos seguintes termos:

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas à manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública (BRASIL, 1998)

Cunha (2013, p. 6-7) faz um resumo dos principais instrumentos jurídicos que permitem a participação popular dentro da administração pública:

O direito ao exercício de poder por parte dos cidadãos, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Art. 1º, § 1º), permite ao cidadão junto aos Órgãos Públicos: peticionar junto aos Poderes Públicos para a defesa de seus direitos (Art. 5º-XXXIV), obter certidões em repartições públicas (Art. 5º - XXXV), fiscalizar as contas municipais (Art. 31º, § 3º), denunciar irregularidades ou ilegalidades (Art. 74º, § 2º), participar dos conselhos de gestão de saúde (Art. 198º - III), assistência social (Art. 204º - II), e educação (Art. 206º - VI), cooperar por meio de associações no planejamento municipal (Art. 29º - XII), receber informações das autoridades (Art. 5º - XXXIII), promover ações judiciais e representações (Art. 5º - LXXIII). Da mesma forma o Decreto-lei n.º 201/67 autoriza o cidadão à denúncia do prefeito e a Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101 de 2000 (Art. 48º e Art. 49º) assegura à população o acesso à prestação de contas, aos planos e diretrizes orçamentárias e demais instrumentos de transparência vinculados à gestão fiscal.

Mesmo com os preceitos legais bem definidos, Filho et al (2008) salientam que o efetivo Controle Social depende muito mais de variáveis culturais e comportamentais que derivam de condições econômicas, sociais e, principalmente, educacionais. Afirmam, ainda, que o exercício do Controle Social, por parte do cidadão, acontece através de vários mecanismos, como as instituições do terceiro setor criadas para fiscalizar os gestores públicos e também com o uso da internet, um importante instrumento de Transparência nos atos públicos por conferir velocidade e atualidade no tráfego das informações. O cidadão assume um papel característico referente ao exercício inibidor de ações irregulares na gestão pública.

Santos e Cardoso (2002, p. 220) afirmam que “o controle do aparelho de Estado pelos cidadãos, dessa forma, seria viabilizado por meio da mensuração de resultados dos serviços e/ou produtos ofertados pelas instituições públicas em relação à qualidade esperada pela sociedade”.

Desse modo, para que se exerça o Controle Social, é necessário que se tenha a real transparência na prestação dos serviços públicos, possibilitando o controle antes, durante e após a execução dos atos administrativos realizados por cidadãos mais informados, que conhecem seus direitos e deveres e utilizam as ferramentas disponíveis, podem, inclusive, desenvolver outras ferramentas que garantam a efetividade dos gastos e serviços públicos.

2.2.1 Controle Social nas Unidades Escolares

Assim como o controle social exercido em qualquer instância da administração pública, o controle social nas unidades escolares pode ser realizado por qualquer cidadão que tenha interesse em se inteirar das informações referentes à escola, bem como participar ou acompanhar o planejamento e execução dos recursos recebidos.

Porém, a 3ª edição da cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, elaborada pela CGU, no ano de 2012, ao falar sobre o controle social dentro das unidades escolares, esclarece que o maior dos agentes deste controle deve ser o educador.

Os educadores, agentes formadores de consciências, têm papel importante no incentivo ao controle social. Desse modo, eles podem atuar:

- a) como membros de conselhos formalmente constituídos, a exemplo daqueles que são pré-requisito para o repasse de recursos federais aos municípios, como: Conselho de Alimentação Escolar – CAE, Conselho de Acompanhamento da Fundeb, Conselho do Programa Bolsa Família, Unidades Executoras do Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
- b) como colaboradores diretos dos conselhos existentes, subsidiando-os com informações e percepções obtidas a partir da realidade das escolas onde lecionam; e
- c) como colaboradores indiretos, disseminando, entre seus alunos, informações sobre a existência e as finalidades dos conselhos e aproximando os conselhos do principal público-alvo das políticas de educação. Tais informações podem também ser levadas aos pais de alunos e demais servidores da escola (auxiliares administrativos, merendeiras, vigias etc.) (CGU, 2012, p. 25-26).

Em algumas situações, o educador pode medir o real alcance de uma ação do governo e contribuir para a correção de rumos. Exemplo: readequação de materiais para aquisição ou serviços, a partir de reais necessidades da escola (SILVA E BRAGA, 2010).

A contribuição dos educadores é essencial na divulgação das formas de controle social na comunidade escolar na qual atuam, mostrando que essas possibilidades foram criadas para auxiliar na boa gestão dos recursos públicos (MPRJ, 2013).

Entretanto, esse papel pode ser desempenhado por outros membros da comunidade escolar: “Conselheiros, educadores, alunos e pais desempenham importante papel nos conselhos municipais, contribuindo com suas experiências e vivências para a

sedimentação das instâncias de controle e para o aprimoramento da execução das políticas públicas” (CGU, 2012, p. 26).

Para que o professor possa exercer o papel de agente do Controle Social, torna-se necessário obter conhecimentos quanto às políticas educacionais, bem como as fontes de financiamento que possibilitam sua concretização, sendo as principais delas oriundas do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação-FNDE.

2.3 Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação-FNDE

O FNDE (Fundo Nacional para desenvolvimento da Educação) é uma autarquia criada pela Lei Federal nº 5.537, de 1968, responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação – MEC, que tem como missão prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios, como forma de contribuir para a implementação da parcela das ações educacionais desenvolvidas pela União (FNDE, 2015).

De acordo com o Site do FNDE, em 2015, esse órgão contou com um orçamento de mais de R\$ 30 bilhões. Os recursos vêm de várias fontes, como dos impostos das loterias e, principalmente, do salário-educação, um tributo de 2,5% descontado da folha de pagamento das empresas.

Tais recursos devem ser utilizados para financiar os programas educacionais e para garantir o bom funcionamento do FNDE, cabendo à Controladoria Geral da União (CGU) acompanhar o que é feito pelo mesmo. Além disso, todos os anos, as contas da entidade são analisadas pelo TCU -Tribunal de Contas da União (MEC, 2015).

Os Programas financiados pelo FNDE são: o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Escola Aberta, Fundescola, Programa Nacional do Livro Didático — PNLD, Programa Livros em Braille, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED, Promed, Programa Nacional de Saúde do Escolar — PNSE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar — PNATE e Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil — Proinfância. Todos visam reforçar a educação de milhões de crianças brasileiras diretamente beneficiadas pelo FNDE.

Dentre os programas financiados pelo FNDE, o PDDE foi escolhido para essa pesquisa por ser um programa do Governo Federal que repassa o dinheiro diretamente à escola sem precisar de intermediários, aumentando sua autonomia na execução dos recursos e ao mesmo tempo sua responsabilidade na prestação de contas e transparência dos atos aos membros internos e externos das unidades escolares.

2.3.1 Programa Dinheiro Direto Na Escola - PDDE

Segundo o Ministério da Educação, o PDDE, consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é melhorar a infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica (MEC, 2015).

Esse Programa foi criado pelo governo federal com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), posteriormente, através da Medida Provisória nº 1784, de 14 de dezembro de 1998, teve seu nome alterado para Programa Dinheiro Direto na Escola, visando à descentralização da gestão e do financiamento do ensino com o aumento da autonomia pedagógica, administrativa e da gestão financeira das unidades escolares. O programa foi idealizado com o intuito de desburocratizar e descentralizar os repasses dos recursos e da gestão financeira dos incentivos federais para a melhoria da educação, com a relação direta entre as escolas beneficiadas e o Governo Federal, por intermédio do FNDE, para definição e execução das despesas nas referidas escolas (PINHEIRO, 2012).

Sua concepção baseou-se no princípio de descentralização da execução dos recursos federais destinados ao ensino fundamental e no reforço ao exercício da cidadania. Segundo a lei que criou o programa, este, reconhece que o “cidadão será tanto mais cidadão quanto menos for espectador e maior for seu compromisso com o bem comum ou com o interesse público” (BRASIL, 1995, p. 11).

Nesse contexto, pode-se observar, de maneira discreta, indícios do que se discutiu anteriormente, onde o ente público tira parte da sua responsabilidade e coloca o cidadão, ente da iniciativa privada, como corresponsável pela manutenção da unidade escolar.

Para Kalam (2011), isso se torna possível através do PDDE e, conseqüentemente, por meio das Unidades Executoras - Uex, atendendo, desse modo, às recomendações dos

organismos internacionais de cogestão e financiamento, reproduzidas pelo MEC, que entendem ser corresponsabilidade de todos a garantia de oferta da educação.

De acordo com o FNDE (2015),

O PDDE destina anualmente, em parcela única, recursos financeiros em caráter suplementar [...], com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários, como a aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

A cada ano o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa para as escolas recursos financeiros, sem a necessidade de convênio, mediante crédito do dinheiro direto em conta bancária da Unidade Executora (Uex)³.

Por outro lado, embora se fale em autonomia financeira, o PDDE estabelece as formas de utilização dos recursos: manutenção e conservação das escolas, aquisição de materiais para seu funcionamento, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais, avaliação da aprendizagem, implementação do projeto político-pedagógico, aquisição de material didático/pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas. Com isso, define o leque de opções para o uso dos recursos, não garantindo às escolas, a partir de suas necessidades e prioridades, a liberdade de decidir sobre os gastos (KALAM, 2011).

Em complemento, Peroni (2007) afirma que os recursos repassados pelo PDDE, em sua maioria, financiados pelo Salário-Educação, nunca são suficientes para a manutenção das atividades das Escolas que o recebem. Dessa forma, ao permitir o exercício da autonomia da escola e não garantir os recursos suficientes para seu funcionamento, o Estado impõe, como solução para os problemas decorrentes da falta de verbas, alternativas que passam pela captação de recursos a partir de parcerias com a iniciativa privada.

Com a impossibilidade de se garantir educação de qualidade com os recursos repassados pelo Estado, a escola se vê obrigada a buscar captação de receitas de outras fontes, desenhando um caminho que aponta para o autofinanciamento, o que conjuga a

³ As UEx são encontradas em todo o território nacional podendo ter denominações diferentes, entre outras: Caixa escolar, nos estados de GO, MA, MG e MT; Cooperativa Escolar, nos estados da PB e do PR; Associação de Pais e Professores em SC; Associação de Pais e Mestres, nos estados de MS, PA, SP e no DF; Círculo de Pais e Mestres no RS (BRASIL, 1997).

desresponsabilização do Estado com o incentivo ao trabalho voluntário, estimulando as pessoas a colaborarem e se responsabilizarem com a manutenção do estabelecimento.

Cabe à Secretaria Estadual de Educação, definir, com base nas premissas do PDDE, os critérios para o recebimento, utilização e prestação de contas dos recursos.

No Estado de Minas Gerais, a utilização dos recursos repassados às escolas é tratada no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, regulamentado pela resolução Secretaria Estadual de Educação-SEE nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012, onde dispõe que, para o recebimento desses recursos, a Unidade Estadual de Ensino deverá ter formalizada e constituída a sua Caixa Escolar (UEX).

Essa resolução, em seu artigo 1º, conceitua as Caixas Escolares como sendo “associações civis com personalidade jurídica de direito privado vinculadas às respectivas unidades estaduais de ensino”. Tais entidades têm como finalidades principais o recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos direcionados ao suprimento das atividades básicas daquela unidade de ensino.

Em seu parágrafo 2º, determina as exigências para que as caixas escolares possam receber os recursos destinados à escola:

Art. 2º Somente poderão receber recursos da SEE as caixas escolares que apresentarem, anualmente, até fevereiro do ano subsequente, a documentação atualizada listada abaixo:

I. ato constitutivo, com o devido registro no cartório cível de pessoas jurídicas;

II. comprovação de regularidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil com os dados cadastrais devidamente atualizados;

III. parecer do Conselho Fiscal de que trata o § 1º do art. 3º do Decreto Estadual nº 45.085/09;

IV. balanço patrimonial do exercício anterior ou demonstrativo financeiro anual evidenciando o total de receitas e despesas;

V. comprovantes de regularidade fiscal e tributária, em especial quanto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais (DCTF);

VI. regulamento próprio de licitação aprovado pela Assembleia Geral.

Com esses recursos, os estabelecimentos de ensino podem realizar capacitações aos professores, fazer a manutenção necessária ao funcionamento da escola, adquirir materiais para uso contínuo, entre outras (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997). Porém, existe uma série de procedimentos a serem cumpridos, para que as unidades de ensino possam se beneficiar dos recursos do PDDE.

2.3.1.1 Procedimentos para Recebimento e Utilização dos Recursos do PDDE

O PDDE é um programa que envia recursos diretamente para a escola, ampliando a autonomia e a responsabilidade da equipe gestora. De acordo com as decisões dos órgãos colegiados da escola, as Caixas Escolares (UEX), administram a execução dos gastos, devendo, posteriormente, reportar e ser gerenciados por meio da Secretaria Estadual de Educação, a qual deverá prestar contas ao FNDE. A gestão financeira da escola ganha agilidade para prover as necessidades básicas de manutenção e pequenos investimentos como: aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, além da aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola (PINHEIRO, 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 12, determina que cada unidade escolar tenha o encargo de:

- I - Elaborar e executar sua proposta de trabalho;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- [...]
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Segundo Giro e Michel (2004), a gestão financeira da escola pública exige responsabilidade e transparência em sua administração, uma vez que a execução de recursos públicos é regulada por leis.

A Resolução/FNDE/MEC nº 9, de 2 de março de 2011, define as regras para a aquisição de materiais e bens e/ou contratações de serviços com recursos do PDDE pelas Unidades Executoras Próprias e Entidades Mantenedoras.

Art. 2º As aquisições de materiais e bens e/ou contratações de serviços com os repasses efetuados à custa do PDDE, pelas UEx e EM, deverão observar os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência a fim de garantir às escolas que representam produtos e serviços de boa qualidade, sem qualquer espécie de favorecimento e mediante a escolha da proposta mais vantajosa para o erário, adotando, para esse fim, sistema de pesquisa de preços que deverá abranger o maior número possível de fornecedores e prestadores de serviços que atuem nos ramos correspondentes ao objeto a ser adquirido e/ou contratado (BRASIL, 2011a, p. 2).

Em 2011, o FNDE também publicou um manual de orientações para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços com recursos do PDDE, destinados às escolas, onde buscava contribuir para o entendimento das rotinas, da adoção e da difusão das regras do funcionamento do programa. As orientações seguiram as bases do processo licitatório

brasileiro definido na lei 8666/93 e determinou cinco passos a serem observados pela unidade executora: levantamento e seleção das necessidades prioritárias, realização de pesquisas de preços, escolha da melhor proposta, aquisição e/ou contratação e guarda da documentação.

Para utilização dos recursos financeiros do PDDE, inicialmente, deve-se identificar as reais necessidades e prioridades da escola através de reunião com professores, pais, alunos, entre outros membros da comunidade escolar e também com o conselho fiscal, promovida pela Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar -APM. O relatório dessa reunião deverá ser registrado em livro de ata específico do PDDE e estar disponível à comunidade escolar e aos órgãos de fiscalização, de acompanhamento e controle interno e externo. Tal ação visa promover a transparência das ações empregadas para utilização dos recursos públicos. (BRASIL, 2011h, p. 2).

Após aprovação do plano de aplicação dos recursos, entra em cena o processo licitatório para aquisição dos bens e contratação dos serviços, buscando sempre o menor preço e melhor qualidade para o Estado. No processo, deve estar estabelecido o pedido de, no mínimo, três orçamentos, os quais deverão ser consolidados no formulário-padrão do FNDE de Consolidação de Pesquisas de Preços, em que tais orçamentos deverão especificar, conforme o artigo 3º. § 1º., da Resolução/FNDE/MEC nº. 53, de 29 de setembro de 2011.

Com clareza, os produtos e/ou serviços cotados, seus respectivos valores e, se for o caso, os descontos oferecidos, bem como conter a razão social, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o endereço e o telefone dos proponentes, o período de validade da proposta, as formas de pagamento e o prazo e as condições para entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços que porventura venham a ser adquiridos e/ou contratados e as respectivas datas e assinaturas. (BRASIL, 2011, p. 2)

Para a escolha da proposta mais vantajosa na aquisição de bens ou prestação de serviços, deve-se avaliar os seguintes itens: 1-menor preço obtido para o item ou lote cotado; 2-menor preço global; 3-melhor qualidade do produto e/ou serviço e 4-Prazos e condições de entrega de produtos ou execução de serviços satisfatórios (BRASIL, 2011).

Sobre a prestação de contas dos recursos, o Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, regulamentado pela resolução SEE nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012 versa que as unidades executoras do sistema escolar dos Municípios, Estados e Distrito Federal devem encaminhar a prestação de contas, aprovadas pelo colegiado, às prefeituras e Superintendências Regionais de ensino ou Secretarias de Educação, até o dia 31 de dezembro do ano do repasse.

Este mesmo decreto, informa que essa prestação de contas deve ser composta pelos seguintes documentos:

Art. 17. O processo de prestação de contas será composto dos seguintes documentos, em original:

I ofício de encaminhamento;

II relatório de execução financeira e física do projeto, assinado pelo presidente da caixa escolar e ratificado pelo ordenador de despesas;

III demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, recursos próprios da caixa escolar e saldo ao final do projeto;

IV parecer do Colegiado Escolar referendando a prestação de contas dos recursos financeiros;

V termo de entrega ou aceitação definitiva da obra, assinado pelo presidente da caixa escolar e por, no mínimo, outros dois membros do Colegiado Escolar, juntamente com laudo técnico conclusivo, emitido por profissional habilitado e autorizado pela SEE;

VI extratos bancários completos da movimentação financeira e de rendimentos de aplicações no mercado financeiro;

VII procedimento licitatório, composto com os comprovantes de divulgação do edital da modalidade utilizada e respectivo resultado, procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

VIII documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas;

IX comprovantes e guias de retenções e recolhimentos de impostos e encargos sociais incidentes, se for o caso;

X contratos firmados para a execução do objeto pactuado, se for o caso; e

XI restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução do objeto pactuado.

O Guia de Orientação Escola (BRASIL, 2011h) observa que os documentos relativos às despesas e as prestações de contas com o PDDE deverão ser mantidos em arquivo à disposição da comunidade escolar, do FNDE, do Ministério Público e dos órgãos de controle interno e externo, em boa ordem e organização, tais como:

Atas registrando o levantamento das necessidades prioritárias da escola, a definição dos critérios de escolha adotados para seleção das melhores propostas, justificativas e quaisquer outros esclarecimentos pertinentes; orçamentos apresentados pelos proponentes; Consolidações de Pesquisas de Preços preenchidas; originais das notas fiscais, cupons fiscais, faturas, recibos, etc.; cópia dos comprovantes de pagamento (cheques, transferências eletrônicas de disponibilidade, etc.); e outros documentos julgados necessários à comprovação do uso dos recursos (BRASIL, 2011, p. 6).

As principais dificuldades encontradas na execução dos recursos do PDDE são os atrasos no envio dos recursos pelo FNDE para as unidades escolares, pois os repasses, geralmente, começam somente no segundo semestre de cada ano. Outra grande dificuldade são os procedimentos exigidos na prestação de contas dos recursos utilizados pelas escolas, que, muitas vezes, são complexos para os gestores escolares (PINHEIRO, 2012).

2.4 Pesquisas Recentes

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, bem como a transparência na administração pública, tem sido tema de muitas pesquisas nos últimos anos, sempre com especificidades próprias de metodologia, de características regionais e, inclusive quanto ao objeto de trabalho. Este tópico busca fornecer ao leitor a indicação de outras pesquisas realizadas, no intuito de complementar os conhecimentos adquiridos através dos resultados deste trabalho. Para tal, buscou-se informações em fontes como os sites ANPAD, SCIELO, ANPED, REDALYC (Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal), Portal da CAPES, bem como periódicos. Os resultados deste levantamento são apresentados nos quadros 3, 4 e 5.

Quadro 3 – Pesquisas Nacionais Sobre Transparência (Continua)

Artigo de 2015 encontrado na base de dados do periódico Revista Contemporânea de Contabilidade.

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado no periódico Revista Contemporânea de Contabilidade -. UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 137-158, jan./abr. 2015.	Transparência: reposicionando o debate.	ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; RICCIO, Edson Luiz.	Estudo qualitativo e bibliográfico, realizado através da revisão de literatura internacional.	Analisa os conceitos e as classificações da transparência com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores nacionais a ampliação de Conhecimento sobre esse campo de investigação e, por consequência, maior precisão conceitual e classificatória aos estudos sobre o tema.	Conclui que a definição da transparência ainda está em construção, mas muito já se avançou na literatura internacional sobre conceituações, definições e classificações. Mesmo com todo esse avanço, a busca pelo esclarecimento do que é transparência ainda continua, mas o que não pode ocorrer – e com certa frequência vem ocorrendo – é a realização de trabalhos que assumem a transparência como algo entendido, dado que está subentendido na mente ou no coração das pessoas. Para a continuidade e aperfeiçoamento do sentido da transparência, sua compreensão, classificação e, por fim, sua definição, torna-se imperativo que, sobretudo, os pesquisadores percebam a necessidade de delimitação do campo de pesquisa, da classificação da transparência quanto às direções, às variedades, à iniciativa, às dimensões conceituais e às perspectivas.

Quadro 3 – Pesquisas Nacionais Sobre Transparência (Continua)

Artigo de 2015 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da ANPAD

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado nos anais do XXXIX Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, 2015.	O Déficit de Transparência Fiscal na Percepção dos Professores do Ensino Médio: uma síntese em Minas Gerais.	MATOS, Ervânio; Fernandes; SILVA, Simão Pereira da; MAGALHÃE S, Elizete Aparecida de.	Estudo bibliográfico, documental e de campo, aplicando o questionário como instrumento de coleta de dados.	Analisa a percepção dos professores do ensino médio do município de Teófilo Otoni/MG sobre o processo de planejamento orçamentário, e transparência fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, na perspectiva de aproveitamento destes assuntos no cotidiano de formação cidadã da comunidade escolar.	Constatou-se a existência de conhecimentos precários sobre orçamento público, sobre relatórios contábeis e fiscais, e sobre prestação de contas e que a maior parte dos profissionais não compreende bem as informações constantes nestes demonstrativos e atribui à gestão pública estadual um baixo nível de transparência. Como consequência às fragilidades constatadas, a perspectiva de exploração de conhecimentos relacionados à Gestão Orçamentária, Transparência Fiscal e Controle Social na formação cidadã encontra-se limitada.

Artigo de 2013 encontrado na base de dados do periódico Revista Ambiente Contábil

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado no periódico Revista Ambiente Contábil. UFRN – Natal-RN. v. 5. n. 2, p. 128 – 150, jul./dez. 2013.	A análise dos Instrumentos de Transparência Contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios da Região Sul.	NUNES et al.	Estudo qualitativo de caráter Descritivo; Pesquisa Documental e Bibliográfica nos sítios eletrônicos dos municípios definidos no processo de amostragem (Coleta de dados).	Analisa a aplicação dos instrumentos de transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos municípios que possuem entre cinquenta e cem mil habitantes nos Estados da região sul do Brasil	Conclui que 75% dos municípios do Rio Grande do Sul, 66% dos municípios de Santa Catarina e 92% dos municípios do Paraná atenderam 70% ou mais dos requisitos preestabelecidos. Duas características foram recorrentes nos três Estados: as informações estavam dispersas pelos sítios eletrônicos, ou seja, não estavam presentes em um sistema integrado; além do fato de o requisito que exige o valor do lançamento da receita ter apresentado o menor índice de divulgação. Por outro lado, 100% dos municípios componentes da análise não exigem cadastro dos usuários em seus portais para acesso às informações, sendo este o requisito cumprido por todos.

Artigo de 2012 encontrado na base de dados do SCIELO

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado no periódico Revista da Administração Pública - RAP — Rio de Janeiro 46(1):153-76, jan./fev. 2012	Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir Dos portais eletrônicos dos municípios brasileiros	CRUZ, Cláudia Ferreira <i>et al.</i>	Abordagem qualitativa, através pesquisa documental e bibliográfica a partir de um modelo de investigação denominado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGPM).	Analisa o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado.	Conclui que as evidências empíricas apontam para baixos níveis de transparência, considerados incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e que, no geral, existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos grandes municípios brasileiros que compõem a amostra desse estudo.

Quadro 3 – Pesquisas Nacionais Sobre Transparência (Continuação)

Artigo de 2007 encontrado na base de dados do periódico Contabilidade Vista e Revista

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado no periódico Contab. Vista & Rev., v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007	Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.	NETO <i>et al.</i>	Abordagem qualitativa, através de revisão de literatura visando formar a base conceitual e legal para a discussão do problema.	Caracteriza a obrigatoriedade e a abrangência dos princípios da publicidade e da transparência na administração pública brasileira, com enfoque na divulgação das contas públicas.	Conclui que a pesquisa revelou a derivação legal, as funções e a abrangência dos princípios da publicidade e da transparência aplicados a evidenciação das contas públicas, que a Internet constitui uma forma emergente para a divulgação das contas públicas, com maior destaque a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 9.755/98 e que mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população.

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 4 – Pesquisas Internacionais sobre Transparência (Continua)

Artigo de 2012 encontrado na base de dados da Revista de Contabilidad y Dirección

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado Revista de Contabilidad y Dirección, Vol. 14, año 2012, pp. 159-181. Barcelona, 2012.	Transparencia y rendición de cuentas en las Entidades No Lucrativas. El caso de las fundaciones.	VAL, BER NAT e JOHANI SOVA (2012).	Abordagem qualitativa, através de revisão de literatura e estudo de caso de entidades do 3º setor.	Analisa as principais iniciativas relacionadas a transparência e prestação de contas em entidades Sem fins lucrativos.	Conclui que várias limitações e barreiras associadas à transparência e prestação de contas presentes no setor público (tamanho da organização, custos, falta de cultura de transparência) também afetam as organizações do 3º setor.

Artigo de 2011 encontrado na base de dados da Georgia State University

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado na base de dados do International Studies Program Working Paper Series, Georgia State University Atlanta, United States of America, 2011.	Budget transparency in Local Governments: An Empirical Analysis.	ALEGRE et al (2011)	Abordagem qualitativa, através de pesquisa de campo baseada em escala Likert com 33 municípios de pequeno porte.	Avalia uma bateria de Hipóteses quanto à organização interna e de transparência orçamentária dos municípios de pequeno porte.	Conclui que certas características do processo orçamentário pode ser atribuídas a mais de uma variável latente, em vez de refletir só a transparência do orçamento. Conclui ainda que há um efeito negativo das coligações partidárias no índice de transparência. Por outro lado, há um efeito positivo da dívida em relação à transparência, ou seja, os resultados sugerem que os governos estão mais propensos a aumentar a transparência ao herdar uma carga fiscal pesada.

Artigo de 2003 encontrado na base de dados do Hawaii International Conference on System Sciences

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado nos anais da 36ª edição do Hawaii International Conference on System Sciences – 2003.	Internet Use, Transparency, and Interactivity Effects on Trust in Government.	WELSH and HINNANT, 2003.	Abordagem qualitativa, através de revisão de literatura através de uma equação múltipla de dois estágios modelo, usando os dados obtidos a partir do Conselho de Excelência em Governo.	Desenvolve hipóteses sobre como as facetas e-democracia, transparência e Interatividade podem afetar a confiança dos cidadãos no governo.	Conclui que o uso da internet é positiva quando associado com a transparência, mas insatisfatório quando associado com a interatividade, e que tanto interatividade quanto a transparência estão associadas positivamente com a confiança do cidadão no governo. Conclui, ainda, que a estratégia de e-transparência pode ser insuficiente, e que nas futuras agências deve-se fazer um esforço para aprimorar a e-interatividade.

Quadro 4 – Pesquisas Internacionais sobre Transparência (Continuação)*Artigo de 2003 encontrado na base de dados da University of Central Florida*

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado na base de dados do University of Central Florida, International Studies Quarterly (2003) 47, 643–667.	International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms	ESCU (2003)	Pesquisa bibliográfica para discussão dos principais instrumentos utilizados pelos governos para promover a transparência.	Enfatiza os mecanismos através dos quais os governos promovem a transparência e apresenta vários testes que podem ser utilizados para avaliar sua relevância.	Conclui que sistemas eletrônicos de transparência, como o IOS transparente, surgiram recentemente como uma importante alternativa de informação para o público, que os governos têm encontrado cada vez mais dificuldade de ocultar informações de sua sociedade, pois a transparência tem se tornado um importante termômetro da credibilidade dos governos.

Artigo de 1999 encontrado na base de dados do Draft: The World Bank

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado na base de dados do Draft: The World Bank, 1999.	Towards Transparency In Finance And Governance.	VISHWANA TH And KAUFMAN N (1999).	Abordagem qualitativa, através de revisão de literatura sobre transparência nas finanças e governança.	Indica lacunas no conhecimento existente sobre governança e transparência na administração pública e oferece algumas hipóteses no significado mútuo dessas duas questões.	Conclui que é necessário pesar os custos e benefícios de uma maior transparência na concepção de política regulatória e que a solução para maior transparência não é simplesmente uma questão de mais informações, é necessário quebrar os limites para execução da transparência muitas vezes causados pela má utilização de seus instrumentos, investir em técnicas inovadoras de coleta e análise de dados, além de métodos de divulgação que promovam ação coletiva para melhorar a governança e aumentar a transparência.

Fonte: dados da pesquisa.

A principal diferença entre os estudos nacionais e os internacionais sobre a transparência pública está na abrangência e alcance dos estudos pois, via de regra, as pesquisas nacionais são mais restritas e direcionadas a instâncias de menor porte como autarquias, empresas públicas, secretarias municipais e estaduais, enquanto as pesquisas internacionais são mais abrangentes e tem um foco mais geral, direcionando-se à transparência em um governo, por exemplo, ou ao estudo dos instrumentos de transparência que podem ser utilizados, não aplicando estritamente a uma entidade específica.

Nesse sentido, pode-se dizer que as pesquisas nacionais permitem maior aprofundamento nas especificidades do objeto de pesquisa, porém, seus resultados ficam, na maioria das vezes, restritos àquela entidade. As pesquisas internacionais, por outro lado, permitem maior generalização dos resultados, uma vez que não realizam análises baseadas nas características individuais e sim da transparência de um modo geral.

O quadro 6 apresenta o levantamento das pesquisas direcionadas ao PDDE nos últimos anos.

Quadro 5 – Pesquisas Recentes PDDE (Continua)

Artigo de 2014 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Trabalho Publicado na Revista de Administração de Roraima-RARR, Boa Vista, vol. 4, n. 2, jul.- dez. 2014. P.97-114	Aplicação de recursos públicos federais e transparência em escolas estaduais do espírito santo no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	VIANA, Fábia Gonçalves Manso; CAMPO Gabriel Moreira.	Estudo qualitativo de caráter Descritivo; Pesquisa Bibliográfica e documental da prestação de contas, demonstrando a aplicação dos recursos repassados pelo governo federal através do PDDE e a visualização dos bens adquiridos	Analisa o desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em duas escolas estaduais do estado do Espírito Santo, considerando suas diretrizes e segundo o atendimento das demandas de seu público alvo.	Conclui que os recursos repassados através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação através do PDDE e administrados pelas escolas têm um impacto muito pequeno em comparação com o custo aluno. Isso significa que, os recursos repassados não são suficientes para a manutenção das escolas e as mesmas, por sua vez, têm a real necessidade de criar alternativas de financiamento para a captação de recursos em outras fontes junto à comunidade.

Artigo de 2011 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
[Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora/MG: Faculdade de Educação; Universidade Federal de Juiz de Fora; 2011.	O Programa Dinheiro Direto na Escola no Contexto do Financiamento Público da Educação: Implementação de Políticas e Implicações na Gestão Escolar	KALAM, Roberto Jorge Abou.	Estudo qualitativo de caráter Descritivo; Pesquisa Bibliográfica e documental, além de entrevista semiestruturada (Coleta de dados).	Analisa o Programa Dinheiro Direto na Escola quanto a suas implicações e desdobramentos para a gestão escolar.	Conclui que O PDDE não amplia a possibilidade de participação dos sujeitos participantes da escola e muito menos reforça a autonomia dessas unidades, reduzindo o seu papel a meros executores de políticas formuladas pelas esferas governamentais.

Artigo de 2009 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.	O PDDE Como Instrumento de Democratização da Gestão Escolar no Pará	CARDOSO, José Carlos Martins.	Pesquisa documental por meio das Resoluções, Medidas Provisórias, Relatórios, Atas e similares.	Analisa o PDDE e suas implicações no processo da gestão escolar	Conclui que o processo de descentralização dos recursos financeiros está muito arraigado na prática das Unidades Executoras; que a autonomia é vista de forma isolada, distante do conceito de descentralização; a participação está atrelada à atuação das UEXs organizadas para gerenciamento de recursos; esvaziamento da dimensão política do Conselho Escolar e a prevalência da discussão do aspecto financeiro sobre o pedagógico e do administrativo.

Artigo de 2007 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da ANPED

Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado no periódico Educ. Soc., Unicamp/Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007	Implicações do programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública	ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera.	Estudo qualitativo, tendo como instrumentos para a coleta dos dados a pesquisa documental, sendo realizados estudos de caso em cinco estados – São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí.	Analisa consequências do Programa Dinheiro Direto na Escola para a esfera da gestão das escolas públicas, especialmente aquelas relativas às conexões entre a constituição e gestão da esfera pública e da esfera privada.	Conclui que é ainda pequena a desejada participação da comunidade na operação dos recursos repassados, que o PDDE gera maior transparência na distribuição dos recursos do salário-educação, tendo em vista critérios previamente divulgados e que em todos os casos analisados os recursos repassados representavam importantes aportes no orçamento escolar. Da mesma maneira, o aumento da autonomia de gasto, permitida a partir de 1997, constitui em importante inflexão no sentido da desejada autonomia de gestão financeira para as escolas públicas.

Quadro 5 – Pesquisas Recentes PDDE (Continuação)

<i>Artigo de 2006 encontrado na base de dados do Portal de Periódicos da SCIELO</i>					
Procedência	Título	Autor (es)	Metodologia	Temática	Considerações/Resultados
Artigo publicado Rev. Lusófona de Educação n.10 Lisboa 2007. Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (Ceief)	A Gestão Escolar Democrática e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE: Uma análise em escolas públicas de Porto Velho –Rondônia.	RIBEIRO, Sheila Andreia	Pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos para a coleta dos dados a entrevista e a pesquisa documental, aplicando sobre os dados a análise de conteúdo por categoria temática e a análise dos conflitos.	Analisa as opiniões dos atores escolares sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e o seu modo de implementação nas escolas, tendo como referencial balizador a gestão escolar democrática cidadã.	Conclui que existe ainda apenas um processo de implementação de políticas públicas com ensaios de gestão escolar democrática, pois os processos participativos apresentaram-se, ainda, de modo fragilizados.

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se que foram realizados estudos diversificados acerca das Temáticas PDDE e Transparência Pública. Por outro lado, pouco se verificou de trabalhos que relacionassem as duas temáticas, analisando a transparência pública no planejamento, execução e prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Quanto à Abordagem, Objetivos e Procedimentos

A presente pesquisa pode ser classificada, pelo ponto de vista da abordagem do problema, como qualitativa. Oliveira (2011, p. 82) aborda que a pesquisa qualitativa envolva “situações complexas ou estritamente particulares que serão abordadas em profundidade, em seus aspectos multidimensionais. Estudos com metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de suas variáveis” com o meio que as cercam.

Num outro ponto de vista, essa pesquisa também pode ser considerada como quantitativa, pois a pesquisa quantitativa é caracterizada por Beuren (2009) como método que se utiliza de instrumentos numéricos para o tratamento dos dados. A autora continua discorrendo que optar pela utilização desse tipo de abordagem garante “precisão dos resultados, evita distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas” (BEUREN, 2009, p. 93).

Quanto aos objetivos, essa pesquisa se caracteriza como descritiva. Segundo Gil (2007, p. 42), o estudo descritivo “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa utilizada foi a bibliográfica pois por meio dos estudos de livros, artigos, monografias e periódicos, buscou-se estruturar o embasamento teórico, o qual fundamentou as discussões levantadas no estudo. Lakatos e Marconi (2007), ao explicarem sobre este procedimento de pesquisa dizem:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 44).

Para um resultado mais aprofundado, realizou-se o Estudo de Caso. Esse pode ser entendido como uma investigação sistemática e aprofundada de uma instância específica, podendo a mesma ser um evento, uma pessoa, um grupo, uma escola, uma instituição, um programa, entre outros (NISBETT E WATT, 1978).

Optou-se pelo Estudo de Caso pois ele se traduz em uma ferramenta de aproximação à realidade, permitindo colocar em prática as teorias estudadas e chegar a conclusões que não seriam alcançadas por meio de outra técnica.

3.2 Quanto ao Objeto de Estudo e Universo de Trabalho

Realizou-se um estudo de caso, delimitando como objeto a Transparência fiscal do PDDE na Escola Estadual de Caraí, localizada na Zona Urbana do município de Caraí-MG. Optou-se por essa unidade de ensino por ser a maior escola em infraestrutura física, número de alunos, professores e gestores do município.

O universo de trabalho abrangeu a comunidade escolar vinculada à EE de Caraí, sendo composta por: professores, pais participantes dos conselhos e colegiados, gestores dos caixas escolares, membros do Conselho Fiscal e ocupantes de cargos de direção.

3.3 Quanto à Coleta e Análise dos Dados

Esta pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada, sendo uma técnica de entrevista em que as questões já estavam pré-formuladas antes da realização do procedimento. A grande vantagem desse tipo de entrevista está na facilidade de organizar dados apurados durante a coleta. Por outro lado, o entrevistador e o entrevistado, não têm muita liberdade para discutir as questões, exigindo um maior conhecimento sobre o tema por parte do entrevistador (MANZINI, 2003).

Essa metodologia não utilizou amostragem estatística, sendo, a entrevista, aplicada a todos os membros que compõem a comunidade escolar, como demonstrado no Quadro 6:

Quadro 6- Quantitativo de Membros por Classe de respondentes

MEMBROS	QUANTITATIVO	ENTREVISTADOS
Professores	47	34
Cargos de direção	5	5
Caixa escolar	3	3
Pais Participantes Colegiado	2	2
Conselho fiscal	3	3
TOTAL	60	47

Fonte: Dados fornecidos pela unidade de ensino.

O roteiro das entrevistas foi composto, em primeiro momento, por questões fechadas, cujas respostas foram baseadas na Escala Likert que, segundo Gil (2010), permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta, sendo totalmente útil para situações em que precisamos que o entrevistado expresse com detalhes a sua opinião. Nesse sentido, as categorias de resposta

servem para capturar a intensidade dos sentimentos dos respondentes. No quadro 7 são demonstradas as categorias da Escala Likert utilizadas nessa pesquisa:

Quadro 7-Categorias da Escala Likert

Escala	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Abreviação	In	R	Rg	B	O	Ex

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Optou-se pela Escala Likert porque essa técnica proporciona rapidez das respostas e facilidade na tabulação, proporcionando agilidade também na aplicação das entrevistas e na análise dos dados. Posteriormente, o roteiro foi complementado com questões abertas, o que oferece ao respondente maior liberdade para expressar sua opinião, contribuindo para resultados mais consistentes na pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Entretanto, é importante salientar que, embora autores como Vieira e Dalmoro (2008) defendam que a Escala Likert obtenha melhores resultados com quantidade de escala ímpar, mais especificamente com 5 ou 7 opções de resposta, justifica-se que o número par de escalas utilizadas nessa pesquisa tornou-se necessário para que as opções de respostas atendessem aos requisitos do modelo analítico criado para esse trabalho.

Neste contexto, as questões com respostas em Escala Likert foram analisadas através da técnica de Análise de Frequência. Neste caso, verificou-se com que frequência uma resposta se repete, sendo, geralmente, demonstrada através de valores quantitativos ou percentagens gráficas.

Segundo Tavares (2007), a Análise de Frequência compreende o arranjo de dados em subconjuntos que apresentem características similares: mesma idade (ou faixa etária), mesma finalidade, mesma escola, mesmo bairro, etc. Os dados agrupados podem ser resumidos em tabelas ou gráficos e, a partir desses, realizar análises quantitativas e, em alguns casos, qualitativas quanto ao que se apurou do objeto estudado.

Com a finalidade de garantir maior qualidade ao estudo, aplicou-se a Análise de Conteúdo como técnica de análise das questões não objetivas do roteiro. Essa ferramenta se constitui numa metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Com essa análise se pode conduzir as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 02).

Bardin (2002) afirma que a organização da análise de conteúdo ocorre através de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e a interpretação dos resultados.

Na fase de pré-análise realizou-se a escolha do objeto de estudo e a formulação do problema e dos objetivos da pesquisa.

Após a decisão do objeto a ser estudado foi imprescindível definir qual o material a ser submetido à análise que, na presente situação, foram questões abertas das entrevistas respondidas pela comunidade acadêmica da Escola Estadual de Caraí. O conteúdo das questões submetidas à análise foi composto por 3 categorias distintas sendo:

- **Categoria 1:** Noções de PDDE - descreve o nível de conhecimento e a percepção dos respondentes quanto ao processo de descentralização e gestão do PDDE;
- **Categoria 2:** Transparência da gestão fiscal – aborda a transparência fiscal, nível de conhecimento dos entrevistados, obstáculos e potencialidades para a transparência, instrumentos utilizados e informações disponibilizadas;
- **Categoria 3:** Controle Social- levanta dados quanto ao entendimento e participação da comunidade escolar na realização do controle social voltado para o planejamento e aplicação dos recursos recebidos em virtude do PDDE, bem como as ações realizadas pela unidade escolar no intuito de intensificar o controle social.

A aplicação do pré-teste ocorreu entre os dias 19 e 21 de maio de 2016 na própria unidade escolar. Para tal 10 entrevistas foram realizadas com a representação de todos os 5 grupos analisados nessa pesquisa, sendo 6 representantes do grupo dos professores, 1 representante dos ocupantes de cargos de direção, 1 representante dos pais participantes dos conselhos, 1 gestor da Caixa Escolar e 1 membro do conselho fiscal.

Os resultados do pré-teste apontaram que as questões presentes no roteiro das entrevistas são suficientes para atender os objetivos desta pesquisa.

A realização das demais entrevistas ocorreram entre os dias 13 e 24 de junho de 2016 na sala dos professores da EE de Caraí.

É importante salientar que, do total das 60 entrevistas, foi possível realizar um total de 47, visto que 13, dos 47 professores estavam afastados por licença médica, recusaram-se a participar das entrevistas ou não estiveram presentes nos dias em que foi realizada a coleta dos dados.

A fase de exploração foi composta pela análise dos dados para classificação da transparência. Para tal, formulou-se indicadores para a interpretação final com base nas entrevistas, sendo estes:

- Conhecimentos quanto à Gestão e Descentralização do PDDE;
- Conhecimento, informações e instrumentos de Transparência;
- Controle Social sobre o PDDE.

A classificação da transparência foi realizada de acordo com o modelo analítico construído para este trabalho.

3.3.1 Modelo Analítico

Tendo em vista que, ao se tratar de Transparência na educação, não se verificou um modelo já estruturado de análise e classificação dessa transparência, esta pesquisa partiu do índice Escala Brasil Transparente para elaborar seu próprio modelo analítico da transparência na gestão do PDDE da EE de Carai.

Dessa forma, diante das entrevistas realizadas juntamente com os respondentes verificados, verificou se os mesmos detêm conhecimentos relacionados a 3 pontos principais, divididos em 12 requisitos específicos, como demonstrado no Quadro 8:

Quadro 8 – Requisitos Observados na Pesquisa

Gestão PDDE	Transparência	Controle Social
Conceito PDDE	Conceito Transparência	Conceito Controle Social
Planejamento PDDE	Instrumentos de Transparência	Existência Controle Social
Utilização Recursos PDDE	Informações Disponibilizadas	Agentes Controle Social
Prestação de Contas PDDE	SIC presencial / Internet	Iniciativas da Unidade Escolar para promover Controle Social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Com a finalidade de classificação, a cada uma das questões do roteiro de entrevista (Apêndice A), relacionadas aos requisitos observados nessa etapa, foi atribuída uma nota de 0 a 10, podendo-se atingir uma pontuação máxima de 300 pontos por entrevista.

No que tange à Escala Likert, cada uma das possíveis respostas terá uma pontuação específica, como demonstrado no Quadro 9:

Quadro 9-Pontuação Escala Likert

Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
0 pontos	2 pontos	4 pontos	6 pontos	8 pontos	10 pontos

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Nos casos em que se apresentou mais de um item dentro da mesma questão, os 10 pontos foram divididos, linearmente, entre cada um dos itens analisados.

As questões abertas tiveram uma avaliação binária, ou seja, somente auferiram a nota zero as questões que não foram respondidas. As questões que obtiveram resposta, automaticamente, receberam nota 10.

Calculou-se a Nota de Classificação (NC) dessa escola convertendo a pontuação obtida da base 3000 para a base 10, com uma casa decimal de precisão para melhor compreensão dos resultados. A nota final geral (NFG) e Nota Final por Classe de respondentes (NFC) foram calculadas através de média aritmética, dessa forma:

NC= Somatório da pontuação obtida em cada uma das entrevistas respondidas pela classe / número de representantes da classe.

$$NFC = (NFC / 3000) * 10$$

$$NFG = \text{Somatório NFC} / \text{Total de Classes}$$

A classificação final da nota quanto à transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai seguirá os critérios apontados no Quadro 10:

Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
0,0	0,1 – 0,2	0,3 - 0,4	0,5 – 0,6	0,7 – 0,8	0,9 - 1,0

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

3.4 Riscos da Pesquisa

Os riscos relacionados à participação na pesquisa foram mínimos, ou seja, poderia ocorrer o risco de quebra do sigilo de informações pessoais em decorrência da coleta de informações através da realização das entrevistas. A fim de evitar esse risco, além do comprometimento ético do entrevistador em manter o anonimato dos participantes, foram tomadas as medidas necessárias para a garantia das informações sigilosas ou cuja a divulgação possa, de algum modo, constranger ou ferir a integridade do entrevistado. Nesse caso, os participantes tiveram acesso e acompanharam as etapas do processo de pesquisa, nas quais poderiam solicitar cortes ou exclusão de partes dos resultados, com os quais discordassem.

Um risco da pesquisa observado durante as entrevistas diz respeito ao receio por parte dos respondentes quanto à participação e quanto às respostas que poderiam ser dadas durante a realização das entrevistas. Alguns entrevistados externaram o motivo dessa preocupação:

A impressão que fica é que estamos julgando a gestão da nova diretoria, sendo que eles tem pouco tempo de cargo e não podem ser responsabilizados pelo que foi realizado nas gestões anteriores.

Percebe-se que houve uma preocupação dos respondentes em estar pré-julgando a gestão financeira da nova direção em relação ao PDDE. O próprio diretor chegou a conversar com o autor deste trabalho e informou que alguns professores procuraram a direção da escola para perguntar se deveriam participar da entrevista porque estavam com “medo” de comprometer, injustamente, a gestão atual.

Matos, Silva e Magalhães (2015) comprovaram que situações como a descrita anteriormente são comuns quando se trata da administração pública, cujo o funcionário ou servidor muitas vezes opta por aguardar autorização, ou até mesmo por se omitir, com receio de sofrer represálias por parte de seus superiores, prejudicando os processos de publicidade, transparência fiscal e controle social dos atos públicos.

Diante disso, o diretor, junto ao entrevistador, conversou com a comunidade escolar e explicou que a pesquisa era de cunho acadêmico e que os resultados seriam utilizados, também, para a melhoria da gestão escolar, bem como para a realização de eventos informativos com os conteúdos levantados na pesquisa: Gestão e Descentralização do PDDE, SIOPE, Transparência Fiscal e Controle Social.

O entrevistador informou, novamente, que a pesquisa é anônima e de participação voluntária. Em complemento, o diretor fez questão de deixar claro que os entrevistados deveriam responder com o maior grau de sinceridade possível, pois estariam, dessa forma, contribuindo para uma gestão mais transparente dos recursos do PDDE na EE de Caraí.

É importante salientar que a administração da escola tem pouco tempo de mandato, uma vez que assumiu o cargo de direção em janeiro de 2016 e está, ainda, adaptando-se ao desafio de gerir, com qualidade, uma unidade escolar. Porém, os gestores mostraram-se abertos à realização do trabalho, mesmo sabendo que os resultados poderiam ser positivos e/ou negativos em relação à transparência na gestão do PDDE.

Nas palavras do diretor:

A gente já tem uma perspectiva dos resultados que você encontrará nessa pesquisa, estamos cientes da realidade e esperamos poder fazer uso dos resultados para melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar.

Por fim, após tais esclarecimentos, percebeu-se maior tranquilidade e interesse da comunidade escolar em participar das entrevistas, minimizando os riscos relacionados à entrevista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização dos Entrevistados

A caracterização dos entrevistados apresenta informações dos respondentes que muitas vezes servem para justificar as suas respostas, baseadas na realidade em que estão inseridos.

De acordo com os dados, pode-se comprovar que 66% dos entrevistados são do sexo feminino, mantendo-se de acordo com a cultura brasileira de apresentar mais mulheres que homens na profissão de professores da educação básica.

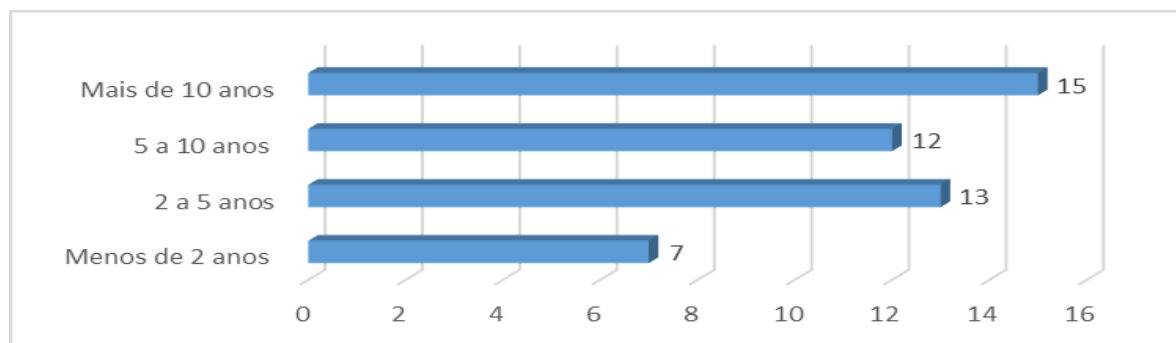
Segundo o MEC (2014), 8 em cada 10 professores da educação básica são mulheres pois os homens ocupam apenas 18,5% desses cargos.

Quanto ao local de residência, observou-se que, praticamente, toda a comunidade escolar reside na cidade onde se localiza a unidade de ensino, objeto dessa pesquisa. Tal situação é favorável pois faz com que os servidores e funcionários da escola também façam parte da comunidade externa a esta, sendo, pelo conhecimento que possuem, figuras públicas capazes de interagir política e socialmente com a sociedade civil para inferir melhorias quanto à gestão local.

Entretanto, percebeu-se que os servidores públicos (efetivos) possuem maior representação dentro da unidade escolar, chegando a um percentual de 60% do total dos entrevistados com vínculo empregatício estabelecido com a escola. Nesse sentido, os funcionários efetivos possuem estabilidade, não ocorrendo uma rotatividade em seus cargos e permitindo que participem com maior efetividade das atividades realizadas na EE de Caraí.

Na figura 1 se apresenta a classificação dos entrevistados de acordo com o tempo que trabalham na instituição.

Figura 1 – Tempo de Trabalho na Instituição



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Um fator importante para essa pesquisa é o que o tempo de serviço demonstra, assim como o fator contratual, a rotatividade dos funcionários na unidade de ensino. Dessa forma, observa-se que apenas 7 respondentes, dos 47 entrevistados, trabalham na escola a menos de 2 anos. O que significa que, como a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE é realizada anualmente, pode-se afirmar que 85% dos membros da comunidade escolar teve a oportunidade de acompanhar pelo menos dois processos de gestão do PDDE na EE de Carai. Além disso, levando em consideração que 27 dos 47 entrevistados estão na unidade de ensino a mais de 5 anos, considera-se que houve tempo hábil para fazer parte desse trabalho, bem como, presenciar os resultados alcançados através dele.

Tal afirmação pode ser comprovada ao observar que 19 dos 34 entrevistados, dentre a classe dos professores, já ocuparam cargos de gestão em períodos anteriores.

É importante salientar que, dentre os grupos dos entrevistados, apenas o grupo dos professores não possui funções de gestão do PDDE implícitas em seus cargos, por isso a questão se dirigiu apenas a eles.

Os dados indicam que o fato de a maioria dos entrevistados serem efetivos na escola, bem como estarem em exercício a mais de 5 anos, possibilitou que houvesse rotatividade nos cargos de gestão. Tal situação é um indício que boa parte da comunidade escolar da EE de Carai deve possuir um mínimo de conhecimento sobre a gestão do PDDE, salientando que apenas 15 entrevistados não fizeram parte dos gestores desses recursos no tempo que trabalharam na instituição.

4.2 Gestão PDDE

Este subtópico teve como objetivo de levantar o conhecimento da comunidade escolar sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE na EE de Carai, levantando questões relacionadas ao termo de compromisso, receitas, formação da base estratégica, planejamento, aplicação dos recursos e quanto à prestação de contas realizada pelos gestores.

Acredita-se que o nível de conhecimento da comunidade escolar sobre o programa seja o primeiro indício da existência, ou não, de transparência na gestão dos recursos.

Nesse sentido, na tabela 1 apresenta-se a percepção dos entrevistados quanto ao seu próprio conhecimento relativo às etapas que compõem a gestão do PDDE.

Tabela 1 - Classificação do conhecimento quanto ao PDDE na Escola Estadual de Carai⁴

Subdivisões	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores						
Receitas	1	8	12	10	2	1	34
Planejamento		9	10	12	2	1	34
Despesas	1	6	12	12	2	1	34
Prestação de Contas	1	8	8	14	2	1	34
Total	3	31	42	48	8	4	136
Cargos Direção							Total
Receitas			1	2	1	1	5
Planejamento				2	2	1	5
Despesas				3	1	1	5
Prestação de Contas		1		1	2	1	5
Total	0	1	1	8	6	4	20
Caixa Escolar							Total
Receitas				3			3
Planejamento				3			3
Despesas				3			3
Prestação de Contas				1	2		3
Total	0	0	0	10	2	0	12
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Receitas					3		3
Planejamento					3		3
Despesas					3		3
Prestação de Contas					2	1	3
Total	0	0	0	0	11	1	12
Pais							Total
Receitas		2					2
Planejamento			2				2
Despesas		2					2
Prestação de Contas			1	1			2
Total	0	4	3	1	0	0	8
Total Geral			3				188

Fonte: Dados da Pesquisa

Inicialmente, percebe-se que poucos são os entrevistados que julgaram não ter nenhum tipo de conhecimento sobre o conceito abordado, enquanto que apenas 14% das respostas analisadas estavam classificadas na escala Ruim. Tal situação pode ser justificada pelo tempo de serviço prestado na escola, apenas 7, ou seja, 19,4% dos entrevistados exercem suas atividades nesta unidade escolar a menos de 2 anos, fazendo com que aumente a probabilidade de, em algum momento, ter algum tipo de contato com o programa.

⁴ As siglas constantes nas tabelas correspondem às escalas aplicadas no modelo Likert, a saber: inexistente (In), Ruim (R), Regular (Rg), Bom (B), Ótimo (O) e Excelente (Ex).

De modo geral, numa média da pontuação obtida nesse quesito, pode-se dizer que a comunidade escolar da EE de Carai possui um nível de conhecimento BOM, de acordo com a classificação do modelo analítico, sobre as etapas que compõem a gestão do PDDE, pois a maioria dos participantes manteve sua classificação de conhecimento entre bom e regular, representando cerca de 58,3% das respostas auferidas, enquanto que uma parcela das respostas figurava entre as categorias ótimo e excelente (25,7% do total das respostas). Tal situação pode ser justificada pela rotatividade da participação dos membros da comunidade escolar nos conselhos, cargos de gestão e direção dentro da unidade escolar, como demonstrado no tópico 4.1.

No entanto, é importante salientar que houve irregularidade nas respostas quando se analisa, separadamente, cada uma das etapas que compõem a gestão do PDDE, fazendo com que, por exemplo, um mesmo entrevistado tenha maior conhecimento relativo ao planejamento e menor conhecimento quanto às Despesas ou quanto à prestação de contas realizada. Essa situação é compreensível pois cada cargo tem funções diferentes em relação a cada uma dessas etapas, incluindo funções que não estão diretamente ligadas à gestão do PDDE, como é o caso dos professores que não participam do colegiado, conselho fiscal e cargos de gestão ou direção.

Diante do nível do conhecimento sobre o PDDE apresentado pela comunidade escolar da EE de Carai, solicitou-se que os entrevistados classificassem sua percepção quanto à importância desse programa para a unidade escolar.

Tabela 2 – Classificação dos Objetivos do PDDE⁵

Objetivos	Professores (1)					Cargos Direção				C. Escolar			Coleg/C.Fisc			Pais (1)
	In	Rg	B	O	Ex	R	Rg	B	Ex	R	Rg	B	R	Rg	B	B
Fornecer assistência financeira às escolas públicas da educação básica	-	2	19	8	4	-	2	2	1	-	2	1	-	2	1	2
Promover a autonomia financeira das Unidades Escolares	1	7	18	6	1	2	3	-	-	1	1	1	2	-	1	2
Total Respostas	1	9	37	14	5	2	5	2	1	1	3	2	2	2	2	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No que se refere ao primeiro objetivo, percebe-se que a maioria das respostas auferidas, ou seja, 76% dos entrevistados classificou a contribuição do PDDE como boa,

⁵ O número ao lado do nome do grupo de respondentes indica a quantidade de entrevistados, desse grupo, que não soube ou não quis responder à questão.

ótima ou excelente. No segundo objetivo, entretanto, observou-se um cenário mais pessimista quanto a avaliação realizada quando comparada ao objetivo anterior, pois essa mesma escala (boa, ótima ou excelente) foi apontada por cerca de 62% dos entrevistados.

Porém, percebeu-se que 8 dos 47 entrevistados classificaram a contribuição do PDDE relativa à assistência financeira como regular. Fato interessante é que 75% desta classificação partiu, principalmente, dos gestores das caixas escolares, membros do conselho, assim como dos ocupantes de cargo de direção, ou seja, das pessoas que estão diretamente ligadas ao PDDE, por serem as principais responsáveis pela gestão dos recursos recebidos. Ao responder sobre as principais dificuldades para gerir os recursos, a maioria dos gestores justificaram as respostas apresentadas quanto à contribuição do PDDE em relação aos seus objetivos alegando que, embora o recurso seja importante, levando em consideração a proposta apresentada pelo programa, o recurso vem sempre em quantidade insuficiente para atender as demandas da escola.

Em complemento, o mesmo pode ser observado no que diz respeito ao objetivo de promover a autonomia financeira, onde 34% dos entrevistados, em sua maioria os gestores dos recursos, classificaram a contribuição do PDDE como ruim ou regular, justificando que, além do fato dos recursos serem insuficientes, consideram não haver uma autonomia verdadeira quanto à aplicação dos recursos:

Quando eles (o MEC) enviam pra gente o termo de compromisso, a gente já tem que responder onde será aplicado o recurso, levando em consideração as opções que eles disponibilizaram na plataforma” (Gestor Caixa Escolar, 2016).

Tal afirmação é consonante à crítica apresentada por Peroni (2007), ao afirmar que os recursos repassados pelo PDDE, em sua maioria financiados pelo Salário-Educação, nunca são suficientes para a manutenção das atividades das escolas que o recebem. Dessa forma, confirma-se o exercício da autonomia da escola, mas não se garante os recursos suficientes para seu funcionamento.

Kalam (2011) acrescenta que, embora se fale em autonomia financeira, o PDDE estabelece as formas de utilização dos recursos, (...), não garantindo às escolas, a partir de suas necessidades e prioridades, a liberdade de decidir sobre os gastos.

O autor afirmar ainda que, embora a liberdade de decidir sobre os gastos da escola seja limitada pela conjuntura das regras impostas para utilização dos recursos do PDDE, é importante conhecer as necessidades e prioridades da escola devido a tais informações serem

indispensáveis para a fase de planejamento dos recursos. Na área da administração pública a etapa de levantamento das necessidades do ente público recebe a nomenclatura “Base Estratégica”.

Na tabela 3 verificou-se a utilização dos principais instrumentos para formação da Base Estratégica para planejamento dos recursos do PDDE na EE de Carai:

Tabela 3 - Classificação das ferramentas utilizadas para conhecer as necessidades da EE de Carai e instrumentalizar o Planejamento do PDDE.

Ferramentas	Professores (1)					Cargos Direção						C. Escolar			Coleg/C.Fisc				Pais (1)
	In	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	O	Ex	Rg	B	O	In	Rg	B	O	B
Vistoria Ambiente Físico.	-	3	13	13	5	1	1	-	1	2	-	2	-	1	-	-	1	2	1
Espaço para sugestões	3	2	8	17	4	1	-	1	1	2	-	1	1	1	-	2		1	1
Debate com Comunidade Escolar	3	2	8	12	9	1	1	1	-	1	1	-	2	1	-	1	1	1	1
Formação de Comissões	4	2	9	10	9	1	1	1	-	1	1	-	2	1	1	1		1	1
Total Respostas	10	9	38	52	27	4	3	3	2	6	2	3	5	4	1	4	2	5	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Pelas respostas auferidas, pode-se afirmar que a escola consome todos os instrumentos apontados por esta pesquisa pois poucos foram os entrevistados que classificaram as ferramentas como inexistentes.

Porém, ainda existe espaço para melhorias a serem realizadas na utilização dessas ferramentas pois uma parcela de respondentes, cerca de 30,6% do total das respostas, mostraram-se insatisfeitos com a qualidade desses instrumentos, classificando-os como regular ou ruim.

Entretanto, cabe salientar que a EE de Carai possui uma boa avaliação quanto à qualidade na elaboração da sua Base Estratégica pois 55,61% das respostas classificaram a utilização desses instrumentos como boa, ótima ou excelente.

Tal situação é um fator positivo para essa unidade de ensino pois uma Base Estratégica bem definida é o primeiro passo para que se tenha concisão e eficiência no planejamento e execução dos recursos recebidos.

Em complemento, percebe-se que os gestores garantem a participação da comunidade escolar no levantamento das necessidades da escola, realizando debates e abrindo espaço para sugestões.

Todavia, esta participação não deve ficar restrita somente à formulação da Base Estratégica, deve se atender todas as etapas que compõem o processo de gestão do PDDE pois

tal atitude, além de cultivar o interesse da comunidade escolar, promove publicidade, transparência e permite o controle social sobre a utilização desses recursos.

Na Tabela 4 foi demonstrada a participação da comunidade escolar da EE de Carai no processo de Gestão do PDDE:

Tabela 4 - Participação da comunidade Escolar nas etapas da Gestão do PDDE da EE de Carai

Etapas	Professores (1)						Cargos Direção					C. Escolar			Coleg/C.Fisc			Pais (1)
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Rg	B	O	In	R	Rg	B
Termo Compromisso	1	7	8	16	1	-	1	-	3	1	-	1	2	-	1	1	1	1
Planejamento Recursos	2	7	8	13	3	-	2	-	1	1	1	1	2	-	-	1	2	1
Execução/controlado Planejamento	3	7	5	13	5	-	2	-	1	-	2	1	2	-	-	1	2	1
Prestação de Contas	3	7	6	10	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	2	1
Total Respostas	9	28	27	52	15	1	6	1	6	3	4	4	7	1	1	4	7	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a participação da comunidade escolar nas etapas que compõem o processo de gestão do PDDE não é condizente com a participação na elaboração da Base Estratégica pois parte dos professores (47% das respostas auferidas nesse grupo) e, principalmente, a maioria dos membros do colegiado/conselho fiscal (100% das respostas do grupo) e cargos de direção (65% das respostas) classificaram essa participação como regular, ruim e até mesmo como inexistente.

Por outro lado, observou-se uma classificação entre boa, ótima e excelente dos demais representantes da classe dos professores e 66,7% dos gestores da Caixa Escolar. Nessas duas classes de respondentes, percebeu-se que a sua participação na formulação da Base Estratégica influenciou diretamente nas respostas quanto à participação nas etapas elencadas nessa parte da entrevista pois a principal justificativa dada por esses grupos para suas respostas é que sempre são consultados quanto ao que necessitam de investimentos nas suas respectivas áreas.

A participação da comunidade escolar é boa, pois sempre somos consultados sobre o que estamos precisando, para definirem onde vão investir os recursos (GESTOR CAIXA ESCOLAR).

Na compra de material didático, por exemplo, a direção chama os professores de cada área para definir o que se precisa adquirir (PROFESSOR).

Observa-se que parte dos entrevistados não consegue fazer distinção entre a etapa de levantamento das necessidades da escola e as demais etapas que compõem o processo para recebimento e utilização dos recursos do PDDE.

Entretanto, o próprio conceito de transparência pública traz consigo a responsabilização do ente público pela iniciativa de envolver o cidadão nas atividades por ele

realizadas. Dessa forma, além de dar publicidade às informações quando houver interesse por parte da comunidade escolar, cabe aos gestores levar essas informações aos demais membros que, por vontade própria, não se envolveram neste processo, convocando-os a participar do processo de gestão dos recursos.

Na tabela 5 buscou-se apresentar os meios utilizados para convocar a comunidade escolar a participar nas reuniões que discutem sobre os recursos do PDDE. Conforme demonstrado anteriormente, essa informação é importante pois não tem sido boa a participação da comunidade escolar nesses processos.

Tabela 5 – Instrumentos de convocação para reuniões de Conselhos e Colegiado

Etapas	Professores (1)						Cargos Direção						C. Escolar				Coleg/C.Fisc						Pais			
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Ex	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	O	Ex	R	B	O	Ex
Avisos em Murais	-	-	-	17	10	6	-	1	1	1	1	1	-	-	3	-	-	-	1	1	1	1	-	2	-	-
Por meio eletrônico (e-mail)	12	8	10	1	2	-	3	1	-	1	-	-	2	1	-	-	1	2	-	-	-	-	1	1	-	-
Comunicados nas reuniões	-	2	2	21	4	4	-	1	-	3	1	-	-	-	1	2	-	-	-	1	2	-	-	2	-	-
Ofícios/memorandos	2	5	7	13	4	2	-	1	1	3	-	-	-	-	3	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	1
Total Respostas	14	15	19	52	20	12	3	4	2	8	2	1	2	1	7	2	3	2	1	3	2	1	1	5	1	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observou-se que o principal meio utilizado para realizar a convocação da comunidade escolar são os avisos em murais, seguido pelos comunicados nas reuniões. Todavia, esses métodos podem ser questionados, uma vez que os murais se restringem aos que transitam pelos lugares em que eles estão afixados e, em referência aos comunicados nas reuniões, não se verificou uma boa participação da comunidade escolar; logo os mesmos ficam restritos aos membros que estiverem presentes nessas reuniões.

Uma questão interessante está relacionada aos ofícios e memorandos que receberam uma qualificação boa, embora não sejam utilizados, de fato, como instrumentos para convite às reuniões. A explicação para esse fato foi dada por um membro da direção da escola:

Acontece que é costume a gente enviar, principalmente para os membros do conselho e colegiado, bilhetes informando a data e hora das reuniões. Sendo este, o principal meio para convocar os membros externos (pais). Enviamos os bilhetes através dos alunos.

Acredita-se que, por ser um meio escrito de convocação, muitos dos entrevistados associaram esses bilhetes ao grupo de ofícios e memorandos.

Preocupante é a classificação ruim obtida quanto à utilização dos meios eletrônicos para passar essas informações. Em um momento em que a internet cresce como

meio de comunicação e transferências de informações, essa ferramenta poderia ser de grande ajuda no incentivo à participação da comunidade escolar nas reuniões.

A ampla participação da comunidade escolar se torna ainda mais importante a partir do momento em que a maioria dos respondentes apontou a insuficiência dos recursos como a principal dificuldade na gestão do PDDE. Nesse sentido, a presença de todos os grupos seria de grande valia na definição das prioridades na aplicação dos recursos, bem como para aumentar a confiabilidade nas decisões tomadas pelos gestores numa administração participativa.

Entretanto, observou-se que, embora haja dificuldades e necessidade de melhorias no processo de gestão do PDDE na EE de Carai, os entrevistados reconhecem a importância e contribuição desse programa nas atividades pedagógicas, na aquisição de materiais didáticos, na melhoria da infraestrutura e na fomentação de projetos esportivos/culturais.

Diante das informações apresentadas, considera-se que a comunidade escolar da EE de Carai demonstrou possuir conhecimento sobre o PDDE, sendo esse o primeiro indício de que existe alguma forma de transmissão dessas informações, não havendo, entretanto, uma participação efetiva nas etapas que compõem o processo de gestão dos recursos.

4.3 Transparência na Gestão do PDDE da EE de Carai

Inicialmente, buscou-se levantar o conhecimento da comunidade escolar quanto ao conceito de Transparência Pública para analisar a capacidade de entendimento e de resposta às questões apresentadas nessa pesquisa. Estes resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Nível de conhecimento da comunidade escolar quanto a Transparência na Administração Pública

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores						
Transparência	2	6	10	12	3	1	34
Direção							
Transparência			4	1			5
Caixa Escolar							
Transparência		1	1	1			3
Colegiado e Conselho Fiscal							
Transparência			1	2			3
Pais							
Transparência		2					2
Total Geral	2	9	16	16	3	1	47

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Inicialmente, já ocorre uma situação preocupante pois a maioria dos gestores, composta pelos grupos dos ocupantes de cargo de direção, gestores da caixa escolar como os

pais que participam dos conselhos, classificaram seu conhecimento sobre a transparência pública como regular ou ruim. Sendo os gestores públicos os principais responsáveis por promover a transparência, não ter conhecimento sobre essa ferramenta é o primeiro indício de má qualidade em sua utilização.

Em complemento, apenas 47% do grupo dos professores classificaram seu conhecimento sobre transparência pública entre bom e excelente. Nesse caso, embora não sejam agentes públicos gestores dos recursos, não demonstrar conhecimento sobre essa ferramenta impossibilita, muitas vezes, a cobrança por sua efetivação, assim como a realização do controle social.

A principal exceção pode ser observada nos membros do colegiado e conselho fiscal, cujo dois, dos três respondentes, classificaram como bom o seu conhecimento sobre a transparência pública, enquanto o outro membro o classificou como regular.

Na tabela 7 classificou-se a transparência e análise como o nível de conhecimento apresentado pela comunidade escolar da EE de Carai, relacionando-se com a utilização dessa transparência por essa unidade de ensino em relação aos recursos do PDDE.

Tabela 7 - Classificação da transparência na EE de Carai

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores						
Transparência	1	1	9	10	10	3	34
Direção							
Transparência			1	2	1	1	5
Caixa Escolar							
Transparência				1	2		3
Colegiado e Conselho Fiscal							
Transparência		2	1				3
Pais							
Transparência				2			2
Total Geral	1	3	11	15	13	4	47

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a transparência da EE de Carai tem uma classificação entre boa e ótima pela maioria do grupo dos professores, ocupantes de cargo de direção, pais que participam dos conselhos e gestores da caixa escolar.

Entretanto, no que se refere aos membros do Colegiado e Conselho Fiscal, essa transparência foi considerada insatisfatória, recebendo classificação ruim por mais de 66% dos respondentes. Nesse sentido, é importante salientar que foi, este, o grupo que julgou ter maior conhecimento sobre o conceito de transparência pública na questão anterior, gerando

maior credibilidade nas respostas por eles apresentadas. Em complemento, o grupo do Colegiado e conselho fiscal é o principal responsável pela aprovação dos orçamentos, bem como a prestação de contas, a utilização dos recursos do PDDE, dessa forma, pode estar a par de informações que sejam importantes e que poderiam ser melhor repassadas para a comunidade escolar.

Neste sentido, através da tabela 8 evidenciou-se como a comunidade acadêmica avalia a divulgação das informações relacionadas a cada uma das etapas da gestão do PDDE.

Tabela 8 - Divulgação de informações relativas às etapas da Gestão do PDDE:

Informações	Professores (1)						Cargos Direção					C. Escolar			Coleg/C.Fisc		Pais	
	In	R	Rg	B	O	Ex	R	Rg	B	O	Ex	Rg	B	O	R	Rg	B	O
Valores Recebidos	3	1	8	12	7	2	-	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1
Planejamento dos Gastos	2	2	7	15	5	2	2	-	-	2	1	-	2	1	2	1	1	1
Despesas	2	2	7	13	6	3	-	3	1	-	1	-	2	1	2	1	1	1
Prestação de Contas	2	1	8	14	4	4	-	-	3	1	1	-	1	2	2	1	1	1
Total Respostas	9	6	30	54	22	11	2	5	5	4	4	1	6	5	8	4	4	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A situação apresentada na questão anterior se confirma através dos dados da tabela 8, onde constou diferenças da maioria dos representantes dos demais grupos, os membros do colegiado e conselho fiscal classificaram a divulgação das informações como ruim ou regular.

No entanto, Cruz et al (2012) afirmam que é comum fazer confusão entre a publicidade e a transparência pública. Nessa situação, o fato de solicitarem o acesso às informações pode influenciar as respostas da maioria dos entrevistados quanto à transparência.

Buscou-se apresentar a percepção da comunidade escolar acerca da publicidade das informações relativas ao PDDE quando requeridas pelos membros da comunidade escolar.

Tabela 9 - Publicidade nos documentos da prestação de contas do PDDE

Documentos	Professores (3)						Cargos Direção					C.Escolar		Coleg/C.Fisc			Pais
	In	R	Rg	B	O	Ex	R	Rg	B	O	Ex	B	O	R	Rg	B	B
Relatório de execução financeira e física do projeto	2	6	4	7	8	4	1	3	-	1	-	2	1	1	1	1	2
Demonstrativo da Receita e Despesa	3	4	5	6	8	5	2	2	-	1	-	2	1	1	1	1	2
Parecer do Colegiado Escolar referendando a prestação de contas	3	2	5	9	8	4	1	3	-	1	-	2	1	1	1	1	2
Termo de entrega ou aceitação definitiva da obra	2	3	9	8	5	4	1	3	-	1	-	2	1	1	1	1	2
Laudo técnico que garante a execução das obras	3	2	8	8	8	2	1	3	1	-	-	2	1	1	1	1	2
Extratos bancários completos da movimentação financeira	3	3	8	5	9	3	2	1	1	1	-	2	1	1	1	1	2
Comprovantes processo/dispensa de licitação	2	5	3	9	8	4	1	2	1	1	-	2	1	1	1	1	2
Notas fiscais que comprovem as despesas realizadas	2	5	6	7	7	4	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2
Comprovantes de pagamento dos impostos, quando houver	2	5	6	9	6	3	1	3	-	1	-	2	1	1	1	1	2
Contratos firmados para a execução de serviço na escola	2	5	5	8	7	4	1	2	1	1	-	2	1	1	1	1	2
Total Respostas	24	40	59	76	74	37	12	23	5	9	1	20	10	10	10	10	20

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Pouca distinção foi verificada entre os resultados auferidos quanto à transparência e quanto à publicidade das informações sobre o PDDE na EE de Carai, obtendo uma média de classificação boa nas classes dos professores, gestores da Caixa Escolar e pais que participam dos conselhos. Da mesma forma manteve-se a classificação ruim ou regular por cerca de 67% dos membros do colegiado e conselho fiscal.

Situação conflitante ficou evidenciada a respeito dos ocupantes de cargos de direção. Nesse grupo houve divergências entre a classificação da transparência e a classificação da publicidade das informações. Dessa forma, observou-se uma avaliação positiva da Transparência pela maioria dos entrevistados (80%) e uma classificação da Publicidade como ruim ou regular por 70% dos respondentes.

Nesse contexto, Neto et al (2007) afirmam que a publicidade é uma forma ainda não evoluída de transparência pois sem a ocorrência de publicidade de informações públicas, não haverá transparência.

Situação semelhante pode ser percebida em parte das respostas auferidas no grupo dos professores, mais especificamente, no número de entrevistados que classificaram a publicidade das informações do PDDE como ruim ou inexistente, onde se verificou um aumento de 10,2% quando comparado com a mesma escala na classificação da transparência.

Três professores não responderam à questão, alegando não ter o interesse de procurar tais informações. Nesse sentido, Neto et al (2007) esclarecem que umas das grandes diferenças entre a publicidade e a transparência, é que a transparência independe da manifestação de interesse por parte da sociedade, cabendo ao gestor público a obrigação de informar ao cidadão, mesmo quando não houver solicitação das informações por parte deste.

Escu (2003) explica que tão importante quanto à obrigação de informar, é observar os meios e a qualidade dos instrumentos utilizados para essa atividade.

Na Tabela 10 verificou-se a opinião dos entrevistados quanto a utilização dos instrumentos de transparência na divulgação das informações do PDDE na EE de Carai.

Tabela 10 - Instrumentos da transparência da gestão financeira do PDDE

Instrumentos	Professores (3)						Cargos Direção					C. Escolar					Coleg/C.Fisc				Pais
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	B
Meios Impressos	-	3	10	13	3	2	1	-	3	-	1	-	-	-	3	-	-	1	-	2	2
Via Internet	16	1	9	5	-	-	1	3	-	1	-	2	-	-	-	1	1	2	-	-	2
Meios Presenciais	-	2	5	12	12	-	1	1	-	1	2	-	-	-	3	-	-	1	1	1	2
Televisão e Rádio	16	5	5	3	2	-	2	2	1	-	-	1	1	1	-	-	1	2	-	-	2
E-SIC	15	9	3	2	2	-	4	1	-	-	-	1	1	1	-	-	2	1	-	-	2
Total Respostas	47	20	32	35	19	2	9	7	4	2	3	4	2	2	6	1	4	7	1	3	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Cabe salientar que, durante a entrevista, o diretor afirmou não fazer uso da internet, televisão e rádio e nem mesmo do E-SIC como instrumento de transparência. Tal situação foi comprovada pela maioria dos professores, em que a classificação dos instrumentos eletrônicos de transparência foi apontada como inexistente por 27,6% das respostas auferidas, além da classificação ruim ou regular apresentada por 18,8% das respostas deste grupo.

De acordo com Justice *et al* (2006), os meios eletrônicos têm se destacado por permitir acesso mais fácil às informações, um fornecimento mais eficiente de serviços e a melhoria na comunicação governamental e devem ser aproveitados ao máximo frente ao cenário contemporâneo de globalização, tornando menos eficiente a efetivação da transparência em decorrência da sua realidade.

Situação semelhante foi observada nos demais grupos de respondentes, exceto no grupo dos pais, que tem participação muito restrita às reuniões dos conselhos que fazem parte. Dessa forma, tanto a visão como os fatos ocorridos relativos às informações sobre a escola que esse grupo apresenta, ficam muito limitados.

Uma observação importante é a que os gestores da EE de Carai ficam, ainda, restritos aos meios mais obsoletos de comunicação como os meios impressos, principalmente aos avisos em murais e aos presenciais, efetivados nos comunicados realizados nas reuniões.

Todavia, os meios que envolvem qualquer sistema eletrônico de comunicação têm sido pouco aproveitados. Welsh e Hinnant (2003) concluem que os meios eletrônicos, principalmente o uso da internet são positivos quando associados com a transparência. Nesse sentido, a EE de Carai poderia utilizar esses instrumentos tanto para convidar a comunidade escolar a participar dos eventos que realiza quanto para exercer a transparência das informações.

Por outro lado, é importante que se mantenha a utilização dos meios impressos e presenciais pois demonstram um outro tipo de contribuição à transparência: a interatividade entre os gestores e a comunidade escolar.

Os meios eletrônicos são insatisfatórios quando associados com a interatividade, enquanto os meios presenciais se mostram mais eficazes nesse sentido, aparecendo como importantes instrumentos de transparência, pois tanto a interatividade quanto a transparência estão associadas positivamente com a confiança do cidadão nos gestores (WELSH e HINNANT, 2003).

Todavia, Cruz et al (2012) enfatizam que, independente dos meios utilizados, publicitar dados enganosos, incompletos que não denotam o real sentido que deveriam expressar, descaracterizam o conceito da transparência, sendo necessário ter clareza nas informações prestadas.

Na Tabela 11 buscou-se verificar a clareza das informações prestadas pela EE de Carai, relativas ao PDDE.

Tabela 11 - Clareza das informações do PDDE disponibilizadas pela EE de Carai

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores						
Clareza		2	4	18	6	4	34
Cargos Direção							Total
Clareza		1	1	2	1		5
Caixa Escolar							Total
Clareza				3			3
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Clareza			1	2			3
Pais							Total
Clareza				2			2
Total Geral	0	3	6	27	7	4	47

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No quesito clareza das informações, os gestores do PDDE na EE de Carai têm se mostrado compromissados com o entendimento por parte dos membros da comunidade escolar, recebendo uma classificação positiva, entre boa e excelente, de aproximadamente 81% do total dos entrevistados.

Cabe, então, focar nas informações que não são disponibilizadas, bem como nos instrumentos utilizados para efetivar a transparência dos atos praticados pelos gestores da EE de Carai.

Entretanto, se atribui a responsabilidade pela inexistência de transparência somente aos entes públicos, sendo que o cidadão também tem papel importante nesse processo.

Matos, Silva e Magalhães (2015) enfatizam que o cidadão espera sempre por transparência, mas se mantém inerte, quando também é seu dever mostrar interesse, buscar as informações e participar da gestão pública.

Tal situação se aplica à comunidade escolar da EE de Carai, por isso, buscou-se levantar informações quanto ao interesse que essa comunidade escolar demonstra em buscar as informações e participar do processo de gestão do PDDE.

Tabela 12 - Interesse da comunidade escolar em obter informações relativas ao PDDE

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores						
Interesse	1	12	11	6	4		34
Cargos Direção							
Interesse		1		1	1	2	5
Caixa Escolar							
Interesse				3			3
Colegiado e Conselho Fiscal							
Interesse		1		2			3
Pais							
Interesse		2					2
Total Geral	1	16	11	12	5	2	47

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a conclusão de Matos, Silva e Magalhães (2015) foi reafirmada na EE de Carai, pois observou-se maior interesse por parte dos gestores, cujo o cargo, de certa forma, já lhes impõe a responsabilidade de estarem informados para que possam realizar suas atividades com concisão e possam informar aos demais membros da comunidade escolar. Todavia, ficou evidente o pouco interesse dos membros que não tem essa incumbência determinada pelos cargos que ocupam na instituição, como a classe dos professores, em que o interesse de 70,6% dos entrevistados foi classificado entre inexistente, ruim e regular.

Situação ainda mais complicada se percebe no grupo dos pais que participam do colegiado e conselho fiscal, cujo interesse foi inteiramente classificado como ruim. Essa realidade compromete a participação da comunidade escolar no processo de planejamento e execução dos recursos recebidos, principalmente daqueles que não estão vinculados aos cargos de gestão, resultando, possivelmente, em má qualidade ou até mesmo inexistência de controle social nesta unidade de ensino.

Observa-se, entretanto, que mesmo não se verificando interesse de buscar as informações por grande parte da classe dos professores, a maioria alegou possuir conhecimento sobre o processo de gestão do PDDE, indicando que existe transparência na EE de Carai.

Diante do cenário apresentado, pode-se dizer que a transparência relativa à gestão do PDDE na unidade de ensino está em fase de implementação, apresentando-se mais para uma parte dos membros da comunidade escolar e menos para outros.

Salienta-se que esse processo de transparência necessita de importantes adequações, principalmente no que diz respeito às informações a serem publicitadas, bem como os instrumentos necessários à essa atividade. Somente com essas adequações a transparência poderá cumprir um dos seus papéis mais importantes: servir de instrumento para que se efetive o controle social na EE de Carai.

4.4 Controle Social do PDDE na EE de Carai

Este tópico teve como objetivo analisar a existência e qualidade do Controle Social referente aos recursos do PDDE na EE de Carai.

Assim como nas questões relacionadas ao PDDE e sobre a Transparência, buscou-se levantar, inicialmente, o conhecimento da comunidade escolar quanto ao conceito de Controle Social, como demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Conhecimento da comunidade escolar sobre Controle Social

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
Professores (1)							
Conhecimento	4	8	8	13			33
Cargos Direção							
Conhecimento	1		2	2			5
Caixa Escolar							
Conhecimento			1	2			3
Colegiado e Conselho Fiscal							
Conhecimento	1	1		1			3
Pais							
Conhecimento		2					2
Total Geral	6	11	11	18	0	0	46

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que o conhecimento quanto ao conceito de Controle Social da maioria dos entrevistados não é bom, ficando classificado entre inexistente, ruim e regular. Ênfase pode ser dada ao grupo dos pais, onde 100% dos entrevistados classificaram como ruim o seu conhecimento sobre Controle Social sendo este o único grupo que representa inteiramente a sociedade civil, por não possuir nenhum cargo dentro da EE de Carai.

Situação diferente observou-se do grupo dos gestores da Caixa escolar, que afirmou possuir bom conhecimento acerca dessa ferramenta.

Na tabela 14 solicitou-se que os respondentes classificassem o Controle Social dos recursos do PDDE exercidos na EE de Carai.

Tabela 14 - Controle social sobre a gestão do PDDE exercido na EE de Carai

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores (2)						
Controle Social	2	10	10	9	1		32
Cargos Direção							Total
Controle Social	1	1	1	1	1		5
Caixa Escolar							Total
Controle Social				3			3
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Controle Social		2	1				3
Pais							Total
Controle Social				2			2
Total Geral	3	13	12	15	2	0	45

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Evidencia-se que o conhecimento da comunidade escolar quanto ao PDDE, bem como os resultados relativos à transparência existente na unidade de ensino tem refletido no Controle Social exercido na EE de Carai pois a maioria do grupo dos professores, cargos de direção e membros do colegiado e conselho fiscal classificaram o Controle Social do PDDE como inexistente, ruim ou regular. A exceção foi percebida na boa classificação apresentada pelo grupo dos pais, que, todavia, classificaram como ruim o seu conhecimento sobre o Controle Social.

Os resultados da pesquisa apontam ainda que o pouco Controle Social exercido nesta unidade escolar é realizado, principalmente sobre as etapas do planejamento e prestação de contas dos recursos utilizados e, praticamente, pelos membros do colegiado e conselho fiscal, como pode ser observado na tabela 15.

Tabela 15 - Instrumentos do controle social do PDDE na EE de Carai

Instrumentos	Professores (2)						Cargos Direção					C. Escolar		Coleg/C.Fisc			Pais
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Rg	B	In	Rg	B	Rg
Controle social exercido pelos conselhos	-	7	5	13	6	1	-	1	1	3	-	-	3	-	2	1	2
Participação em audiências públicas	13	4	7	7	1	-	2	-	1	2	-	1	2	1	1	1	2
Representações dentro dos colegiados	1	1	4	13	13	-	-	1	-	3	1	-	3	-	1	2	2
Participação de membros não gestores	7	10	1	10	4	-	2	-	2	1	1	1	2	1	-	2	2
Total Respostas	21	22	17	43	24	1	4	2	4	8	2	2	10	2	4	6	8

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se um destaque do controle social exercido pelos membros do conselho fiscal e colegiado em relação aos demais controles.

Parte dos entrevistados classificou a participação em audiências públicas como inexistente, indo ao encontro da fala do diretor da escola:

Consultas à comunidade escolar são realizadas para saber onde melhor será aplicado o recurso, porém, não realizamos essa consulta através de audiências públicas.

Situação semelhante pôde ser percebida no que diz respeito à participação dos membros que não ocupam cargo de gestão dos recursos do PDDE na EE de Carai, na qual 53% dos professores optaram pelas escalas inexistente, ruim ou regular, sendo este, o grupo que não tem como função do seu cargo o dever de gerir os recursos recebidos.

Entretanto, é importante que a escola não espere sempre que a comunidade escolar tome as iniciativas de exercer o controle social. É necessário que os gestores tomem medidas que venham a incentivar o controle social nesta unidade de ensino.

Nesse sentido, na Tabela 16 buscou-se apresentar as iniciativas, para promover o controle social, realizadas pela EE de Carai, bem como, analisar a classificação que a comunidade escolar atribui a essas iniciativas.

Tabela 16 - Iniciativas da EE De Carai para Promover o Controle Social do PDDE

Medidas	Professores (1)						Cargos Direção					C. Escolar		Coleg/C.Fisc				Pais	
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Rg	B	In	R	Rg	B	Rg	B
Realização de palestras informativas	16	3	7	5	2	-	2	1	2	-	-	-	3	1	1	1	-	1	1
Consultas à comunidade Escolar	2	6	3	16	6	-	2	-	2	-	1	1	2	-	1	2	-	1	1
Convite à participação na gestão do PDDE	1	4	5	17	4	2	1	1	-	2	1	1	2	-	2	-	1	1	1
Fornecimento de informações úteis	-	10	10	3	8	2	1	-	3	1	-	1	2	-	2	-	1	1	1
Total Respostas	19	23	25	41	20	4	6	2	7	3	2	3	9	1	6	3	2	4	4

Fonte: Dados da Pesquisa

As respostas auferidas na classe dos professores deixaram evidente que os gestores dão maior ênfase em incentivar o controle social através da realização de consulta à

comunidade escolar e ao realizar convite para participar das reuniões do colegiado e conselho fiscal que discutem a utilização do recurso. Essas duas modalidades receberam classificação boa, ótima ou excelente de aproximadamente 70% do grupo dos professores.

Entretanto, no que diz respeito à realização de palestras informativas, percebeu-se que a grande maioria dos professores deu uma classificação negativa, sendo que 47% julgaram inexistente e outros 29% julgaram como ruim ou regular.

Quanto ao fornecimento de informações úteis ao exercício do Controle Social, observou-se uma classificação insatisfatória pelo grupo dos professores. Tal situação já ficou evidenciada na análise das informações disponibilizadas nas questões que envolvem a transparência na gestão dos recursos do PDDE. Mais uma vez, ressalta-se a necessidade de os gestores estudarem quais informações importantes estão deixando de ser repassadas para a comunidade escolar, principalmente para o grupo dos professores, pois o maior agente do Controle Social dentro das unidades escolares deve ser o educador (CGU, 2012).

O professor, além exercer o uso da ferramenta, é essencial na divulgação das formas de controle social na comunidade escolar na qual atua, mostrando que essas possibilidades foram criadas para auxiliar na boa gestão dos recursos públicos (MPRJ, 2013).

Em complemento, percebe-se que gestores reconhecem que podem melhorar as iniciativas que possibilitem o controle social, pois, tanto os membros da direção quanto colegiado/conselho fiscal, em sua maioria, classificou as iniciativas como inexistente, ruim ou regular, correspondendo a 75% e 83% dos entrevistados, respectivamente.

A exceção pode ser percebida na maioria dos gestores da caixa escolar e da classe dos pais, que classificaram como boas as ferramentas apresentadas.

Conclui-se que o Controle Social na EE de Carai é exercido, praticamente pelo conselho fiscal e colegiado. Nesse sentido, torna-se necessário maiores iniciativas por parte da escola em utilizar novos mecanismos que incentivem o Controle Social. Entretanto, cabe aos demais membros da comunidade escolar buscar as informações e demonstrar maior interesse em participar das ações realizadas na EE de Carai.

4.5 Classificação da Transparência Segundo o Modelo Analítico

Com base na pontuação obtida através das questões elencadas no roteiro de entrevista (Apêndice A), buscou-se categorizar por classe de respondentes a transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai.

4.5.1 Professores

A Escola Estadual de Carai possui um quadro com um total de 47 professores que não ocupam cargo de direção, não são membros do colegiado, nem caixa escolar ou conselho fiscal. Durante o período em que se realizaram as entrevistas, obteve-se a participação de 34 professores, aproximadamente, 76% do quadro total existente nesta unidade escolar.

A pontuação total atribuída pelos professores à transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai foi calculada através da média aritmética da pontuação obtida em cada uma das 34 entrevistas realizada com essa classe de respondentes.

Na tabela 17 apresenta-se a pontuação obtida por cada uma das entrevistas realizada com classe dos professores:

Tabela 17 – Pontuação Classe Professores

PROFESSOR	PONTUAÇÃO	PROFESSOR	PONTUAÇÃO
1	170	18	136
2	156	19	114
3	67	20	153
4	162	21	191
5	206	22	186
6	238	23	195
7	154	24	158
8	231	25	178
9	204	26	179
10	188	27	80
11	152	28	193
12	179	29	139
13	182	30	168
14	115	31	212
15	198	32	158
16	167	33	196
17	214	34	204
TOTAL PONTUAÇÃO			5.823

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que existe uma variação da pontuação obtida na classe dos professores, alcançando uma diferença de 171 pontos entre a entrevista com menor (67 pontos) e maior pontuação (238).

Tal situação pode ter várias justificativas como: participação dos respondentes em conselhos, cargos de gestão ou direção em períodos anteriores, o que lhes possibilitaria uma visão mais realista da situação da unidade de ensino; tempo de serviço na escola, possibilitando o acompanhamento das mudanças realizadas nesse período; e o nível de interesse dos entrevistados, estando diretamente relacionado com uma maior participação nas

etapas da gestão do PDDE, maior contato com a documentação relativa a esse processo, bem como a interação com os gestores desses recursos.

Com os valores apresentados na tabela 17 tornou-se possível a realização do cálculo da pontuação média da classe dos professores (NFCprof.):

$$\text{NFCprof.} = 5.823 / 34 = 171 \text{ pontos.}$$

A nota final de classificação da transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai, com base na pontuação obtida pelas entrevistas realizadas com a classe dos professores é:

$$\text{NCprof.} = (171 / 3000) * 10 = 0,6$$

Numa análise quantitativa, pode-se dizer que, aproximadamente, 60% dos quesitos observados por esta pesquisa foram atendidos pela unidade de ensino.

Dessa forma, percebe-se que a transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai, sob a ótica dos professores, segundo o modelo analítico aplicado a esta pesquisa, pode ser classificada como “BOA”, numa escala de Inexistente a Excelente.

4.5.2 Ocupantes dos Cargos de Direção

Os ocupantes de cargos de direção são os principais gestores da escola, responsáveis por toda a parte administrativa, financeira e, em muitos casos, pela coordenação das atividades pedagógicas.

Realizou-se entrevista com os 5 membros que realizam atividades de direção na EE de Carai. A pontuação atribuída pelos ocupantes dos cargos de direção à transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai foi calculada através da média aritmética da pontuação obtida nas 5 entrevistas realizadas com essa classe de respondentes.

Na tabela 18 apresentou-se a pontuação obtida por cada uma das entrevistas realizada com classe dos ocupantes de cargos de direção:

Tabela 18 – Pontuação Classe dos Ocupantes de Cargo de Direção

CARGOS DE DIREÇÃO	PONTUAÇÃO
1	140
2	79
3	203
4	235
5	184
TOTAL PONTUAÇÃO	841

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Assim como na classe dos professores, observou-se variação na pontuação obtida na classe dos gestores, alcançando uma diferença de 156 pontos entre a entrevista com menor (79 pontos) e maior pontuação (235).

Evidencia-se que, como em toda entidade há divisão de tarefas; alguns dos gestores tem maior contato com a parte financeira enquanto outros tem pouco ou nenhum contato direto esta parte da administração da escola. Tal situação pode justificar a distância entre a pontuação mínima e máxima obtida nesse grupo.

Com os valores apresentados na tabela 18, calculou-se a pontuação média da classe dos Diretores (NFCdir.):

$$\text{NFCdir.} = 841 / 5 = 168 \text{ pontos.}$$

A nota final de classificação da transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai, com base na pontuação obtida pelas entrevistas realizadas com a classe dos os ocupantes de cargo de direção, é:

$$\text{NCdir.} = (168 / 3000) * 10 = 0,6$$

Pode-se dizer que, aproximadamente, 60% dos quesitos observados por esta pesquisa foram atendidos pela unidade de ensino.

Com base no modelo analítico, a pontuação obtida permite classificar como “BOA” a transparência na gestão do PDDE da EE de Carai.

Entretanto, é importante salientar que a avaliação das questões em escala Likert desse grupo teve uma pontuação inferior à do grupo dos professores, conforme demonstrado nos resultados e discussões apresentados nos tópicos 4.2, 4.3 e 4.4 desse trabalho. Todavia, a análise binária aplicada às questões abertas nesse modelo analítico fez com que a pontuação média usada para a classificação da transparência não apresentasse significativa diferença da pontuação média obtida no grupo dos professores. Tal situação pode ser justificada pelo fato dos ocupantes de cargos de direção apresentem maior conhecimento dos conceitos abordados nessa pesquisa e, portanto, apresentaram maior facilidade para responder as questões abertas em relação ao grupo dos professores.

4.5.3 Gestores das Caixas Escolares

As entrevistas da classe de respondentes desse tópico foram realizadas com os 3 gestores titulares da Caixa Escolar da Escola Estadual de Carai, sendo esta a unidade executora responsável pelo recebimento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola.

A pontuação total atribuída pelos gestores da Caixa Escolar à transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai foi calculada através da média aritmética da pontuação obtida nas 3 entrevistas realizadas com essa classe de respondentes.

Na Tabela 19 apresentou-se a pontuação obtida por cada uma das entrevistas realizadas com classe dos Gestores da Caixa Escolar:

Tabela 19 – Pontuação Classe dos Gestores da Caixa Escolar

CAIXA ESCOLAR	PONTUAÇÃO
1	225
2	178
3	193
TOTAL PONTUAÇÃO	596

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que, diferente do grupo dos professores e ocupantes de cargos de direção, houve menor variação na pontuação obtida com a classe dos gestores da caixa escolar, alcançando uma diferença de apenas 47 pontos entre a entrevista com menor (178 pontos) e maior pontuação (225). Tal situação se justifica pela função exercida pelos membros da Caixa Escolar, sendo esta, unicamente, a de gerir os recursos recebidos em função do PDDE.

O cálculo da pontuação média da classe dos gestores da Caixa Escolar (NFCuex) apresentou o seguinte resultado:

$$\text{NFCuex.} = 596 / 3 = 199 \text{ pontos.}$$

A nota final de classificação da transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai, com base na pontuação obtida pelas entrevistas realizadas com a classe dos gestores da Caixa Escolar, é:

$$\text{NCuex.} = (199 / 3000) * 10 = 0,7$$

A classificação no modelo analítico apontada pela pontuação dos gestores da Caixa Escolar, quanto à transparência na Gestão do PDDE não EE de Carai é “BOA”, ou seja, considera-se que, aproximadamente, 70% dos quesitos observados por esta pesquisa foram atendidos nas respostas auferidas nessa classe de entrevistados.

4.5.4 Membros do Colegiado e Conselho Fiscal

Este tópico buscou classificar a transparência do PDDE na Escola Estadual de Caraiá através da média aritmética da pontuação obtida nas 3 entrevistas realizadas com os membros titulares do Colegiado e do Conselho Fiscal dessa unidade de ensino.

Na tabela 20 apresenta-se a pontuação obtida por cada uma das entrevistas realizada com essa classe de respondentes:

Tabela 20 – Pontuação Classe dos Membros do Colegiado e do Conselho Fiscal

COLEGIADO E CONSELHO FISCAL	PONTUAÇÃO
1	138
2	116
3	103
TOTAL PONTUAÇÃO	357

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Assim como nas classes de professores e ocupantes de cargos de direção, houve variação na pontuação obtida com os membros do Colegiado e Conselho Fiscal, alcançando uma diferença de 75 pontos entre a entrevista com menor (103 pontos) e maior pontuação (178).

Tal situação pode ter várias justificativas, dentre elas: a participação dos entrevistados em conselhos, cargos de gestão ou direção em períodos anteriores, possibilitando uma visão mais realista da situação da unidade de ensino; tempo de serviço na escola, possibilitando o acompanhamento das mudanças realizadas nesse período; e o nível de interesse dos entrevistados, diretamente relacionado com uma maior participação nas etapas da gestão do PDDE, maior contato com a documentação relativa a esse processo, bem como a interação com os gestores desses recursos.

Com os valores apresentados na tabela 20, realizou-se o cálculo da pontuação média da classe dos membros do Colegiado e Conselho Fiscal (NFCcon.):

$$\text{NFCcon.} = 357 / 3 = 119 \text{ pontos.}$$

A nota final de classificação da transparência do PDDE na Escola Estadual de Caraiá, com base na pontuação obtida pelas entrevistas realizadas com a classe dos professores, é:

$$\text{NCcon.} = (119 / 3000) * 10 = 0,4$$

Dessa forma, inferiu-se que a transparência do PDDE na Escola Estadual de Caraiá, sob a ótica dos membros do colegiado/conselho fiscal e segundo o modelo analítico dessa pesquisa, pode ser classificada como “REGULAR”, resultado que reflete as respostas

apresentadas nos tópicos de análise, principalmente, da transparência e do controle social, onde se percebeu grande divergência dessa classe de respondentes em relação às demais.

Nesse sentido, pode-se dizer que, dos quesitos de transparência observados por essa pesquisa, apenas 40% foram atendidos pela unidade de ensino na visão dos membros do colegiado e conselho fiscal.

4.5.5 Pais Participantes dos Conselhos e Colegiado

As entrevistas da classe de respondentes desse tópico foram realizadas com os 2 pais que participam do Conselho Fiscal e do Colegiado da E. E. de Carai.

Assim como nos demais grupos, a pontuação total atribuída pelos pais à transparência na gestão do PDDE na Escola Estadual de Carai foi calculada através da média aritmética da pontuação obtida nas 2 entrevistas realizadas com essa classe de respondentes.

Na tabela 21 apresenta-se a pontuação obtida por cada uma das entrevistas realizada com classe dos pais:

PAIS	PONTUAÇÃO
1	87
2	101
TOTAL PONTUAÇÃO	188

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A pontuação média do grupo dos pais foi a menor dentre todos os grupos, pois essa foi a classe que mais perguntas não soube responder, principalmente no que diz respeito às questões abertas, afetando diretamente o resultado da classificação.

Com os valores apresentados na tabela 21, calculou-se a pontuação média da classe dos pais (NFCpais.):

$$\text{NFCpais.} = 188 / 2 = 94 \text{ pontos.}$$

A nota final de classificação da transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai com base no grupo dos pais é:

$$\text{NCpais.} = (94 / 3000) * 10 = 0,3$$

Dessa forma, pode-se dizer que nas respostas auferidas nas entrevistas com o grupo dos pais, uma parcela mínima de, aproximadamente, 30% dos requisitos de transparência foram atendidos pela EE de Carai.

Nesse contexto, conclui-se que a transparência do PDDE na Escola Estadual de Carai, na avaliação do grupo dos pais, segundo o modelo analítico aplicado a esta pesquisa, pode ser classificada como “RUIM”, numa escala entre Inexistente e Excelente.

4.5.6 Classificação Geral da Transparência

Com base na classificação de cada uma das classes de respondentes, pode-se chegar à classificação geral da transparência nessa unidade de ensino, conforme apresentado na tabela 22:

Tabela 22 – Síntese da Classificação por Classe de Respondentes

CLASSE	NC	NFC	CLASSIFICAÇÃO
Professores	171	0,6	Boa
Direção	168	0,6	Boa
Caixa Escolar	199	0,7	Boa
Colegiado/C.Fiscal	119	0,4	Regular
Pais	94	0,3	Ruim
NGC	150	0,5	Boa

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dessa forma, numa escala entre Inexistente e Excelente, a classificação geral da transparência do PDDE na EE de Carai é “BOA”, sendo importante observar a influência que a análise binária aplicada às questões abertas teve sobre esse resultado, especialmente, na pontuação obtida no grupo dos ocupantes dos cargos de direção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a transparência fiscal da aplicação dos recursos do PDDE na Escola Estadual de Carai/MG. Nesse contexto, observou-se que a rotatividade dos servidores nos conselhos, cargos de gestão e direção é fator importante na disseminação das informações sobre o PDDE nesta unidade de ensino, por possibilitar interação e maior conhecimento sobre o programa.

Considera-se que, embora se apresente como uma importante fonte de recursos, o PDDE apresentou dificuldades em atingir seus objetivos de promover assistência e autonomia financeira à unidade escolar, pois além de limitar as possibilidades de aplicação dos recursos, os valores fornecidos não são suficientes para atender as demandas apresentadas, obrigando a escola a definir prioridades na formulação da sua base estratégica.

Neste sentido, a participação dos membros da comunidade escolar nas etapas de gestão do PDDE adquire um maior grau de importância, pois permite maior debate quanto aos problemas existentes e melhor utilização dos recursos no intuito de solucioná-los. Cabe aos gestores melhorar suas ferramentas de incentivo a essa gestão participativa, aumentar a participação da comunidade escolar nesses processos e utilizar melhor os instrumentos disponíveis, principalmente os relativos aos meios eletrônicos de comunicação, permitindo uma maior abrangência dos membros de todos os grupos da comunidade.

A transparência na utilização dos recursos do PDDE é a primeira e mais importante ação a ser realizada pela administração pois, esta, se apresenta como a principal fonte de informação, no sentido de instrumentalizar o controle social a ser exercido pela comunidade escolar, fortalecendo o processo democrático na unidade escolar.

Considera-se, entretanto, que existe a necessidade de aperfeiçoamento por parte dos gestores quanto ao conceito de transparência e instrumentos disponíveis para utilização e aplicação desse princípio na unidade escolar.

A existência de pouco conhecimento sobre a transparência além de dificultar a sua efetivação, limita a capacidade dos gestores de identificar as necessidades de aperfeiçoamento na utilização dos instrumentos para promovê-la, a seleção eficiente de informações que necessitam ser disponibilizadas, além de aumentar a probabilidade de confusão entre os princípios da transparência e da publicidade na administração pública.

Observa-se que a utilização de variados instrumentos de transparência pode trazer maior confiabilidade nos atos da administração, sendo os meios eletrônicos mais eficientes quanto a abrangência e alcance geral das informações disponibilizadas enquanto os meios presenciais apresentam maior contribuição no que se refere à interatividade entre os gestores e os membros da comunidade escolar.

Nesse sentido, a utilização de ferramentas como os canais de rádio e televisão, a internet e a criação de um Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (eSIC) contribuiria para uma maior participação da comunidade escolar nas etapas de gestão do PDDE na EE de Carai, evitando que a transparência seja percebida apenas por partes isoladas dentro da unidade de ensino.

É importante acrescentar que, embora a responsabilidade dos gestores promova a efetivação da transparência, o interesse apresentado pela comunidade escolar tem papel decisivo na eficácia deste princípio, pois cabe aos demais membros da escola fazer uso das informações disponibilizadas para exercer o Controle Social sobre os atos praticados pelos gestores.

Salienta-se que a EE de Carai pode promover mais ações que incentivem o controle social na unidade escolar, mas que a transparência e o interesse da comunidade escolar em conhecer e colocar em prática essa ferramenta são os principais fatores que permitem sua concretização.

Por fim, considera-se que a EE de Carai atendeu a aproximadamente 50% dos quesitos observados na pesquisa e, portanto, a transparência na gestão do PDDE, nessa unidade de ensino pode ser considerada “BOA” quanto ao contexto pesquisado e ao modelo analítico aplicado.

É importante salientar que a efetivação ou não da Transparência depende da gestão que a realiza. Desta forma, sendo a gestão atual da EE de Carai ainda recente, a transparência na unidade escolar encontra-se em fase de implementação, necessitando, portanto, de futuras adequações.

Para pesquisas posteriores, surgem alguns questionamentos: A dificuldade apresentada pelo PDDE em atingir seus objetivos são resultantes da estrutura do programa ou da gestão dos recursos por parte da escola? Qual o grau de correlação entre o interesse apresentado pela comunidade escolar e a real efetivação da transparência por parte dos

gestores públicos? O Controle Social é fator significativo na gestão eficiente dos recursos públicos?

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, MARJUKKA. HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Brasília: **Revista do Serviço Público**, ano 51, nº 4, out./ dez. de 2000. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2675. Acesso: 28 de Maio de 2015.

ALEGRE, José Caamaño et al. Budget **Transparency in Local Governments**: An Empirical Analysis. International Studies Program Working Paper 11-02. Andrew Young School of Policy Studies Georgia State University Atlanta – USA: February 2011.

ARAÚJO, Isnaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública**: da Teoria à Prática. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 49(3):643-675, maio/jun. 2015.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Anais. XXXVII Encontro da ANPAD - EnANPAD** — Rio de Janeiro, 7 A 11 setembro de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIRKINSHAW, P. (2006). Freedom of information and openness: fundamental human rights. **Administrative Law Review**, 58 (1), 177-218.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução FNDE/CD nº. 53, de 29 de setembro de 2011c. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/ph-arquivos/category/5-2011?...53...>. Acesso em: 08 out. 2015..

_____. Ministério da Educação. **Guia de Orientações Escola**: Para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, 2011h. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/ph.../5-2011?...no-9...232011-guia...>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. Lei de Acesso à Informação – LAI. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e da outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Manual de orientação para constituição de unidades executoras**. Brasília: FNDE, 1997b.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD nº 9, de 2 de março de 2011a**. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/ph-arquivos/.../5-2011?...no-9- de...>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. DECRETO Nº 6.319, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e dá outras providências.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6319-20-dezembro-2007-567273-norma-pe.html>>. Acesso em 16 set. 2015.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: MARE, 1995.

BRASIL ESCOLA. Administração Pública. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/administracao-publica.htm>>. Acesso em 22 jan 2015.

CARDOSO, José Carlos Martins. **O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará** _ 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública: teoria, prática e mais de 700 exercícios**. 3.ed. Rio de Janeiro/RJ: Elsevier, 2007.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política Social no Brasil contemporâneo. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12>>. Acesso em 19 Jan de 2015.

CGU. **Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público**: um guia para o cidadão garantir os seus direitos. 3.^a ed. Brasília, 2012.

_____. **Portal da Transparência**: <www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em 21 fev. 2016.

CONCEIÇÃO, Antônio Cesar Lima da. **Controle Social da Administração Pública: Informação & Conhecimento** – interação necessária para a efetiva participação popular nos orçamentos públicos. ISC/DF. 2010.

CRUZ, Cláudia Ferreira; et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 46(1):153-76, jan./fev. 2012.

CUNHA, Sheila Santos. **O Controle Social e seus Instrumentos**. Salvador, 2013. Disponível em: www.saude.ba.gov.br/dgtes/images/.../controlesocialseusinstrumentos.pdf. Acesso em: 02 mar. 2016.

DELGADO, Evaldo Inácio. **Políticas Educacionais em Crise e a Prática Docente**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. Tradução 6ª ed norte-americana. Cengage Learning Edições Ltda, 2012.

ENSSLIN, Leonardo, *et al.* **Publicidade e transparência das contas públicas: Obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos52005/89.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2011.

ESCU, Alexandru Grigor. **International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms**. *International Studies Quarterly* (2003) 47, 643–667. University of Central Florida: USA, 2003.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009**. Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino, para fins de sistematização das normas e regulamentos pertinentes. Disponível em: < a href="http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:2009-04-08;45085">Decreto nº 45085, de 8 de abril de 2009. Acesso em 11 abr de 2015.

FALCÃO, Andreia Sartori; AMARAL, Sérgio Tibiriça. Histórico sobre o direito da educação nas constituições brasileiras. **Anais**. Prudente Centro Universitário Toledo: Encontro de Iniciação Científica – ETIC 2014.

FERNANDES, Claudio Roberto; SILVA, Ezequiel José da et al. Transparência e publicidade na Administração Pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3384, 6 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22743>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FILHO *et al.* Controle interno, controle externo e controle social: análise comparativa da percepção dos profissionais de controle interno de entidades das três esferas da administração pública. **Revista Universo Contábil** - ISSN 1809-3337. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola pública brasileira na atualidade**: lições da história. S/d. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/docentes/edu/alberto/page_download/SOCIOLOGIAII_2010/3.ESCOLAPUBLICA_FRIGOTTO.pdf> Acesso em 15 dez. 2015.

FUNDO NACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_06_2014_12.04.49.2512667bc77ac50d1af48ec90716735c.pdf>. Acesso em 28 Mai de 2015.

_____. Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE: Apresentação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>> Acesso em 22 jan. 2015>. Acesso em 13 jun de 2015.

_____. Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE: Funcionamento. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>> Acesso em 22 jan. 2015>. Acesso em 13 jun de 2015.

_____. O FNDE e sua lei de criação – Objetivos. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/130-proinfancia?download=8539:legalidade-adesao-municipios>>. Acesso em 13 jun de 2015.

GUALAZZI, Eduardo Logo Botelho. **Regime jurídico dos tribunais de contas**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1992.

GIACOMINE, James. **Orçamento Público**. 15.ed. ampliada, revista e atualizada – São Paulo/SP: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRO, Suzana; Murillo, MICHEL. A importância da gestão democrática dos recursos públicos destinados a educação. **Revista eletrônica**. Ano II, n. 3. maio, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/contabeis03/pages/artigos/cc-edic03-anoIIart03.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

ICERMAN, R.C.; SINASON, D.H. Government accountability to the public: the dynamics of accountability in the U.S. *Public Fund Digest*, v. VII, n. 1, p. 64-80, 1996.

INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário vol. 2/ Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativas**. São Paulo: 2004. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/>>. Acesso em 10 Jan. 2016.

JUSTICE, Jonathan B. *et al.* E-Government as na instrumento f fiscal accountability and responsiveness: do the best practitioners employ the best practices?. **American Review o Public Administration**. Vol. 36. N.3, sept., 2006. Disponível em: <<http://arp.sagepub.com/>>. Acesso em 10 Jan. 2016.

KALAM, Roberto Jorge Abou. **O programa dinheiro direto na escola no contexto do financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOUREIRO *et al.* Do Controle Interno ao Controle Social: A Múltipla Atuação da CGU na Democracia Brasileira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.

LOUREIRO, M., TEIXEIRA, M., & PRADO, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Revista Organização & Sociedade**, 15 (47), 107-119. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Construção+de+Instituições+Democráticas+no+Brasil+Contemporâneo:+Transparência+das+Contas+Públicas#0>. Acesso em 11 ago 2015.

MANZINI, José Eduardo. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf. Acesso em: 22 out. 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Maria Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2006.

MATOS, Ervânio Fernandes; SILVA, Simão Pereira da; MAGALHÃES, Elizete Aparecida de. O Deficit de Transparência Fiscal na Percepção dos Professores do Ensino Médio: uma síntese em Minas Gerais. **Anais**. XXXIX Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&id=12320. Acesso em 29 Mai de 2015.

_____. **Portaria 006 de 20 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOPE. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000006&seq_ato=001&vlr_ano=2006&sgl_orgao=MEC. Acesso em 10 de abr. 2016.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº3**, de 4 de março de 1997. Brasília: FNDE, 1997a.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ. **Controle Social na Educação: Gestão Democrática e Conselhos**. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação – CAO Educação: Rio de Janeiro, 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2004.

NETO *at al.* Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil nos anos 90**: período Itamar Franco. In: Educação e política no limiar do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

NISBETT, J e WATT, J. **Case Study**. Redguide 26: Guides in Educational Research. University of Nottingham School of Education, 1978.

NUNES *et al.* Análise Dos Instrumentos De Transparência Contidos Na Lei De Responsabilidade Fiscal Nos Municípios Da Região Sul. **Revista Ambiente Contábil**. UFRN – Natal-RN. v. 5. n. 2, p. 128 – 150, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Adão F. de. **Políticas Públicas Educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO Alex; FRANÇA, George. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, José Matias. **Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil**: ensaio – administração pública. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v12n2art1_ult.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Brasília: INEP, 2007.

PINHO, José Antônio de *et al.* Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governo estaduais no Brasil Mostram. In: XXIX ENANPAD. **Anais**. São Paulo, 2005.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Educação**. Disponível em: <portal.educacao.mg.gov.br>, acesso em 18 maio de 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia>>. Acesso em 10 de abr. 2016.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade-REPEC**. v. 4, n. 3, art. 2, p. 23-43 ISSN 1981-8610 set/dez. 2010.

RIBEIRO, Sheila Andreia. A Gestão Escolar Democrática e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Uma análise em escolas Públicas de Porto Velho-Rondônia. **Revista Lusófona de Educação**. 2006.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA. **Transparência na Escola**. 2016. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/transparencianaescola>>. Acesso em 23 jan. 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Resolução see nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012**. Regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Minas Gerais, 2012.

SCHULTZ, K. A. (1999). **Do democratic institutions constrain or information: Contrasting two institutional perspectives on democracy and war**. *International Organization*, 53 (2), 233-266.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Maria Abádia da, BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Controle Social em Educação Básica Pública. **Jornal de Políticas Educacionais**. Nº 8 | Julho–dezembro de 2010|PP. 91–97.

SILVA, Nilza Nunes da. **Amostragem Probabilística**: Um curso introdutório. 2 ed. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **A Avaliação de Programas Público**: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

TAVARES, Marcelo. **Estatística Aplicada à Administração**. Secretaria De Educação A Distância. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2007. Disponível em: <http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/estatistica/download/Estatistica_completo_revisado.pdf>. Acesso em 28 Mai de 2015.

TIECHER, Eliana de Jesus Gonçalves. **O processo licitatório como resultado de evolução histórica da administração pública**. Dissertação (Mestrado - Licitações e Contratos Administrativos com ênfase em Pregão Eletrônico). 57 folhas. Campo Grande/MS: Universidade Gama Filho, 2010.

VAL, Ber Nat; JOHANI, Sova. Transparencia y rendición de cuentas en las Entidades No Lucrativas: El caso de las fundaciones. **Revista de Contabilidad y Dirección**, Vol. 14, año 2012, pp. 159-181. Barcelona, 2012.

VIEIRA, Kelmara Mendes; DALMORO, Marlon. Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? **Anais**. Rio de Janeiro: XXXII Encontro da ANPAD, 6 a 10 de setembro de 2008.

VISHWANATH, Tara and KAUFMANN, Daniel. **Towards Transparency in Finance and Governance**. Draft: The World Bank, 1999.

WELCH, Eric W.; HINNANT, Charles C. Internet. **Use, Transparency, and Interactivity Effects on Trust in Government**. In: SYSTEM SCIENCES PROCEEDINGS OF THE ANNUAL HAWAII, 2003.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 242-254, set./out./nov./dez. 2014

Prestação de Contas	()	()	()	()	()	()
---------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

9- Considerando a classificação abaixo, como você avalia a importância do PDDE para a E.E de Carai? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
PDDE	()	()	()	()	()	()

10. Na E.E. de Carai, classifique a contribuição do PDDE relativa aos objetivos apresentados: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	1	2	3	4	5
Fornecer assistência financeira às escolas públicas da educação básica	()	()	()	()	()	()
Promover a autonomia financeira das Unidades Escolares	()	()	()	()	()	()

11. Classifique a utilização das ferramentas abaixo, para conhecer as necessidades da E.E de Carai e instrumentalizar o Planejamento do PDDE? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Vistoria Ambiente Físico.	()	()	()	()	()	()
Espaço para sugestões	()	()	()	()	()	()
Debate com Comunidade Escolar	()	()	()	()	()	()
Formação de Comissões	()	()	()	()	()	()

12. E quanto à participação da comunidade Escolar nas etapas da Gestão do PDDE da E.E de Carai: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Termo Compromisso	()	()	()	()	()	()
Planejamento Recursos	()	()	()	()	()	()
Execução/controlar Planejamento	()	()	()	()	()	()
Prestação de Contas	()	()	()	()	()	()

13. Classifique a forma como a comunidade escolar da EE de Carai é convidada a participar do planejamento e elaboração dos orçamentos relativos ao PDDE? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Avisos em Murais	()	()	()	()	()	()
Por meio eletrônico (e-mail)	()	()	()	()	()	()
Comunicados nas reuniões	()	()	()	()	()	()
Ofícios/memorandos	()	()	()	()	()	()

14. Dos itens abaixo, classifique quanto a utilização dos recursos do PDDE: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,4	0,8	1,2	1,6	2,0
Melhoria na infraestrutura da unidade	()	()	()	()	()	()
Atividades Esportivas	()	()	()	()	()	()
Atividades Pedagógicas	()	()	()	()	()	()
Projetos junto à comunidade	()	()	()	()	()	()
Implementação do Projeto	()	()	()	()	()	()

pedagógico						
------------	--	--	--	--	--	--

15. Na sua opinião, qual a importância de conhecer as necessidades da escola antes de realizar o planejamento dos recursos do PDDE? (10 pontos)

16. Quais são as principais dificuldades para gerir os recursos do PDDE na EE de Carai? (10 pontos)

17. A aplicação dos recursos do PDDE tem produzido bons resultados? Se sim, de que forma? Se não, o que pode ser feito para melhorar a aplicação dos recursos do PDDE? (10 pontos)

PARTE III: TRANSPARÊNCIA (120 pontos)

18. Qual seu nível de conhecimento quanto a Transparência na Administração Pública? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Transparência	()	()	()	()	()	()

19. Classifique a transparência na E.E. de Carai? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Transparência	()	()	()	()	()	()

20. Avalie a divulgação de informações por parte da EE de Carai no que diz respeito à Gestão do PDDE: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Valores Recebidos	()	()	()	()	()	()
Planejamento dos Gastos	()	()	()	()	()	()
Despesas	()	()	()	()	()	()
Prestação de Contas	()	()	()	()	()	()

21- Qual a sua percepção quanto à participação na Gestão do PDDE da E.E de Carai? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,4	0,8	1,2	1,6	2,0
Prefeitura	()	()	()	()	()	()
Caixas Escolares	()	()	()	()	()	()
Professores	()	()	()	()	()	()
Direção	()	()	()	()	()	()
Sociedade Civil	()	()	()	()	()	()

22. Marque a resposta de acordo com a disponibilidade de acesso aos seguintes documentos da prestação de contas do PDDE: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,2	0,4	0,6	0,8	1,0
Relatório de execução financeira e física do projeto	()	()	()	()	()	()
Demonstrativo da Receita e Despesa	()	()	()	()	()	()
Parecer do Colegiado Escolar referendando a prestação de contas	()	()	()	()	()	()
Termo de entrega ou aceitação definitiva da obra	()	()	()	()	()	()
Laudo técnico que garante a execução das obras	()	()	()	()	()	()
Extratos bancários completos da	()	()	()	()	()	()

movimentação financeira						
Comprovações de que houve o processo de licitação ou de dispensa/inexigibilidade de licitação	()	()	()	()	()	()
Notas fiscais que comprovem as despesas realizadas	()	()	()	()	()	()
Comprovações de pagamento dos impostos, quando houver	()	()	()	()	()	()
Contratos firmados para a execução de serviço na escola	()	()	()	()	()	()

23. Avalie os instrumentos para disponibilização das informações, ou seja, da transparência dos resultados da gestão financeira do PDDE? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,4	0,8	1,2	1,6	2,0
Meios Impressos: Jornais, revistas, outdoors, cartazes, murais, folhetos, cartilhas, etc.	()	()	()	()	()	()
Via Internet: Sites do Governo, Página do município, Links e banners em páginas de interesse social da escola e/ou do município, e-mails para cidadãos que se cadastrarem e formação de grupos de discussão, entre outros.	()	()	()	()	()	()
Meios Presenciais: Em reuniões periódicas com a comunidade escolar via Colegiado, audiências públicas e eventos realizados pela escola.	()	()	()	()	()	()
Televisão e Rádio: Horário em rádios e Emissoras de Tv local, publicidade e pronunciamentos oficiais	()	()	()	()	()	()
E-SIC: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão.	()	()	()	()	()	()

24. Classifique a clareza das informações, referentes ao PDDE, disponibilizadas pela EE de Carai: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Clareza	()	()	()	()	()	()

25. Classifique o seu interesse em obter informações relativa aos assuntos financeiros relacionados ao PDDE? (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Interesse	()	()	()	()	()	()

26. Qual a periodicidade que a escola fornece essas informações? (10 pontos)

27. O que é e para que serve o SIOPE? (10 pontos)

28. Você tem acesso aos gestores da unidade escolar quando se trata de assuntos financeiros relacionados ao PDDE? (10 pontos)

() Sim () Não

Caso a resposta seja "Não", o que dificulta esse acesso?

29. Na sua opinião, a Transparência contribui para a busca de melhorias na E.E de Carai? (10 pontos)

Se “Sim”, como?

Se “Não”, por que?

PARTE IV: CONTROLE SOCIAL (80 pontos)

30. No que diz respeito aos seus conhecimentos relativos ao Controle Social: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Conhecimento	()	()	()	()	()	()

31. Classifique o controle social sobre a gestão do PDDE exercido na E.E. de Carai: (10 pontos)

	Inexistente	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
Pontos	0,0	2	4	6	8	10
Conhecimento	()	()	()	()	()	()

32. Quanto a gestão do PDDE da EE de Carai, avalie o Controle Social exercido por:

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,4	0,8	1,2	1,6	2,0
Professores	()	()	()	()	()	()
Pais que participam dos Conselhos	()	()	()	()	()	()
Autoridades Públicas	()	()	()	()	()	()
Alunos	()	()	()	()	()	()
Sociedade Civil	()	()	()	()	()	()

33. Classifique os instrumentos utilizados para exercer o controle social do PDDE na E.E. de Carai?

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
O controle social exercido pelos conselhos (conselho da educação, conselho da merenda escolar, conselho fiscal)	()	()	()	()	()	()
Participação em audiências públicas para saber qual a melhor forma de utilizar os recursos	()	()	()	()	()	()
Representações dentro dos colegiados que aprovam o planejamento, execução e prestação de contas do PDDE	()	()	()	()	()	()
Participação de membros externos aos colegiados e gestores da Escola nas reuniões para planejamento, e aprovação dos recursos do PDDE	()	()	()	()	()	()

34. Avalie o Controle Social relativo às etapas da gestão do PDDE na E.E. de Carai?

	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Termo de Compromisso	()	()	()	()	()	()
Planejamento dos recursos do PDDE	()	()	()	()	()	()
Controle social das despesas do PDDE	()	()	()	()	()	()
Controle Social da Prestação de contas do PDDE	()	()	()	()	()	()

35. Qual sua percepção quanto as medidas tomadas pela EE de Carai para possibilitar o Controle Social do PDDE?


	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
Pontos	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5
Realização de palestras informativas sobre o que é o Controle Social e como ele pode ser exercido na Escola	()	()	()	()	()	()
Consulta à comunidade Escolar sobre as reais necessidades da Escola para nortear o planejamento do PDDE	()	()	()	()	()	()
Convite à comunidade escolar para participar das etapas de planejamento, execução e prestação de contas do PDDE	()	()	()	()	()	()
Fornecimento de informações úteis e tempestivas que instrumentalizam o controle Social	()	()	()	()	()	()

36. Na sua opinião, qual a relação entre a Transparência e o Controle social? (10 pontos)

37. Quais ações, ainda não realizadas, a E.E. de Carai poderia promover para efetivar o controle social do PDDE? (10 pontos)

ANEXOS

Anexo A – Carta Anuência Escola Estadual de Carai



ESCOLA ESTADUAL DE CARAI – R.0.3.5.C.3
 Ensino Fundamental e Ensino Médio
 Lei de Criação nº 3.959 de 24/12/65. Portaria nº 279 de 18/06/66
 Resolução nº 5.687 de 01/02/86 e Resolução nº 1.295 de 14/03/87
 Rua Joaquim Augusto, 122 - CEP: 39810-000 - Telefone: (33) 3531-1228
 Carai – Minas Gerais


AUTORIZAÇÃO (Carta Anuência)

Carai, 20 de Maio de 2016.

Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa intitulado TRANSPARÊNCIA FISCAL NA APLICAÇÃO DO PDDE NA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CARAI /MG, do pesquisador Salvador Soares de Melo Junior, sob orientação do prof. Simão Pereira da Silva, vinculado ao Mestrado Profissional em Gestão de Instituições Educacionais-GIED/UFVJM e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia da segurança e bem-estar.

Autorizo ainda a utilização da infraestrutura da escola bem como a publicação para fins acadêmicos dos dados e resultados levantados nessa instituição.

Por ser verdade, firmo a presente carta de anuência.



Luciano Ribeiro dos Santos
Diretor da Escola Estadual de Carai

Luciano Ribeiro dos Santos
Diretor
MASP 1061678-7

Escola Estadual de Carai - R.0.3.5.C.3.
 Situação Legal: Lei nº 3.959 de 24-12-65
 Port. 279 de 18-06-66 - Res. Nº 5.867 de
 01-02-86 e Port. Nº 1295/87 de 14-03-87
 R. Joaquim Augusto, 122 - Fone: 3531-1228
 CEP: 39810-000 - CARAI - MINAS GERAIS

Ensino Fundamental e Ensino Médio
 Lei de Criação nº 3.959 de 24/12/65. Portaria nº 279 de 18/06/66
 Resolução nº 5.687 de 01/02/86 e Resolução nº 1.295 de 14/03/87
 Rua Joaquim Augusto, 122 - CEP: 39810-000 - Telefone: (33) 3531-1228
 Carai – Minas Gerais